

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA VILA DE PEREIRA****Município de Montemor-o-Velho****ATA****DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2025**

Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, com sessão iniciada pelas vinte uma horas e trinta minutos, sob a Presidência de Sónia Marisa Costa, secretariada por Ana Patrícia Mateus Simões e Roberto Filipe Pinto Figo Roxo, teve lugar a Sessão da Assembleia de Freguesia de Pereira na sala anexa ao Gimnodesportivo de Pereira, freguesia de Pereira. Presentes os membros deste órgão, Paulo Jorge dos Santos Bicho, Jorge Manuel Pereira Gonçalves, Ana Raquel da Silva Góis, Paulo José Ferreira Batista, Cláudia Margarida Gomes Salgueiro Gonçalves e Natércia Paula Lopes Casimiro dos Reis. Presentes os Membros do Executivo de Freguesia, o Presidente António da Silva Ferreira, a secretária Clara Isabel da Costa Nunes e o Tesoureiro Adérito Manuel Pereira de Almeida.

Foi a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

I. Antes da Ordem do Dia

1. Apreciação e aprovação da ata da sessão de vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e cinco da Assembleia de Freguesia.

2. Apresentação escrita de pareceres, propostas e moções honrosas e votação, quando aplicável

II. Período da Ordem do dia

3. Informações da Mesa e Designação dos Líderes de bancada com intervenção de cada bancada

4. Análise e Deliberação sobre a necessidade de Revisão do regimento da assembleia em Vigor-----
5. Apresentação dos trabalhos efetuados pela Junta de Freguesia no quarto trimestre de dois mil e vinte e cinco.-----
6. Análise e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis, sob proposta do Executivo da Junta de Freguesia-----
7. Análise e aprovação, sob proposta do Executivo da Junta de Freguesia, do quadro de pessoal para dois mil e vinte e seis-----
8. Análise e aprovação, sob proposta do Executivo, da Tabela de Taxas e Preços para dois mil e vinte e seis.-----
9. Análise e aprovação do Contrato Interadministrativo e respetivos anexos, para dois mil e vinte e seis.-----

III. Intervenção do Público-----

Período de meia hora para intervenção do público na solicitação de esclarecimentos e respetivas respostas, a tratar nos termos do n.º 6 do artigo 49 da Lei 75/2013 de 12 de setembro-----

A Presidente da Assembleia, Sónia Marisa Costa dá início à sessão, agradecendo a presença de todos os membros das bancadas, do Executivo da Junta de Freguesia e de todos os fregueses que se fazem presente. Desejou a todos, votos de um Bom Natal e de um Bom ano. Antes de dar início à ordem de trabalhos, a Presidente de Assembleia, informa que, de acordo com o e-mail enviado a todos os membros das bancadas, o ponto dez, foi retirado da Ordem do Dia. Para dar início aos trabalhos, a Presidente da Assembleia, pede autorização a todos os membros da bancada, para gravação das Sessões da Assembleia com a única finalidade da realização da Ata. O membro Jorge Gonçalves refere que é a favor da gravação, mas também a favor que, esta seja transmitida online, sendo essa uma das propostas que pretendem apresentar. Refere ainda, que querem usufruir da gravação, para posteriormente, a divulgar externamente. A Presidente, explicou que a gravação é importante, para a elaboração da ata e que será utilizada unicamente para esse fim. Os membros das bancadas, foram lembrados que, de acordo com o regulamento em vigor, cada bancada tem direito ao uso da palavra

por um período de cinco minutos, para cada um dos pontos constantes na convocatória. O membro Jorge Gonçalves, refere que a remoção do Ponto dez deve ser submetida a votação, mesmo que a sua retirada tenha sido justificada. A Presidente de Assembleia refere que a inclusão do ponto dez ocorreu por lapso, razão pelo qual foi removido.-----

II. ORDEM DE TRABALHOS

I. Antes da Ordem do dia-----

1. Apreciação e aprovação da ata da sessão anterior-----

A Presidente da Assembleia, Sónia Marisa Costa, informa que, relativamente à ata de vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e cinco, os votos que serão contabilizados, para a aprovação da ata, serão unicamente dos membros presentes naquela reunião, a saber: Cláudia Gonçalves, Paulo Jorge Bicho, Natércia Reis e Ana Simões. Questiona as bancadas sobre a existência de alguma correção ou observação a fazer à ata.-----

A membro Cláudia Gonçalves, pede a palavra referindo que a sua intervenção se centra na importância legal, democrática e ética das atas da Assembleia de Freguesia, enquanto documentos oficiais que devem refletir de forma fiel, rigorosa e imparcial o que ocorre em plenário. Sublinha que as atas não são meros formalismos administrativos, mas instrumentos fundamentais para a transparência, a responsabilidade política, a fiscalização democrática e a validade das deliberações. Nesse enquadramento, a interveniente afirma que a ata da sessão de 26 de setembro de 2025, submetida a aprovação, não cumpre os requisitos essenciais, por conter omissões e deturpações de intervenções relevantes, comprometendo a fidelidade do registo. Em particular, denuncia que foram excluídas expressões ofensivas proferidas pelo Presidente da Junta durante a sessão, o que falseia o tom e o conteúdo do debate e altera a memória factual dos acontecimentos. Defende, por isso, que a ata só deve ser aprovada após a correção integral das omissões e inexatidões, garantindo a reposição da verdade dos factos. Na ausência dessas correções, declara que votará contra a sua aprovação, solicitando que essa posição e os respetivos fundamentos fiquem expressamente registados em ata. Adicionalmente, manifesta preocupação e desagrado pelo incumprimento reiterado, no mandato

anterior, das obrigações legais de transparência por parte da Junta de Freguesia e da Presidência cessante da Assembleia, nomeadamente pela falta de resposta a pedidos formais de documentação apresentados pela oposição. Considera tal comportamento uma violação dos deveres de colaboração institucional, transparência e respeito pelo papel fiscalizador da oposição. Conclui reafirmando que a sua posição não visa obstruir os trabalhos, mas sim defender a integridade do processo democrático, a credibilidade da Assembleia de Freguesia e o direito dos fregueses a um registo verdadeiro, transparente e responsável da atuação dos seus representantes eleitos. A intervenção do membro Cláudia Gonçalves encontra-se na íntegra nos documentos em anexo. Não havendo mais intervenções das bancadas, a Presidente da Assembleia, submeteu a ata de vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e cinco a votação, lembrando que apenas serão contabilizados os votos dos membros, Cláudia Gonçalves, Paulo Jorge Bicho, Natércia Reis e Ana Simões, sendo estes, os únicos membros presentes na Assembleia de vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e cinco.-----

A Ata foi aprovada em maioria com três votos a favor e um voto contra, do membro Cláudia Gonçalves.-----

2. Apreciação escrita de pareceres, propostas e moções honrosas-----

A Presidente da Assembleia questiona as bancadas se pretendem apresentar, por escrito, pareceres, proposta e moções honrosas. A bancada do Partido Socialista, pela voz do membro Paulo Jorge Bicho, apresentou uma moção de louvor à Junta de Freguesia de Pereira, relativa à qualificação do Largo da Feira, na Cheira, destacando a valorização do espaço público, a melhoria das condições para a realização da feira mensal, para lazer e eventos festivos, bem como o impacto positivo na dinâmica social e económica da freguesia.-----

A Presidente da Assembleia colocou à votação a moção honrosa apresentada pela bancada do PS, tendo sido aprovada por maioria, com cinco votos a favor e quatro abstenções.-----

A Bancada da oposição PPD-PSD / CDS -PP pediu a palavra, através do membro Jorge Gonçalves, apresentando três propostas que consideram de extrema importância para a freguesia da Vila de Pereira. Como primeira proposta, apresentam a criação de uma comissão para revisão do Regimento

da Assembleia de Freguesia, considerando-se, imperativo que o mesmo seja revisto e reformulado de modo a acompanhar a evolução dos tempos, garantindo assim maior eficiência e clareza no funcionamento deste órgão. Segunda proposta apresentada, a transmissão online das Assembleias de Freguesia e a realização anual de uma assembleia deslocalizada, com o objetivo de aproximar os cidadãos da vida pública e reforçar a participação cívica. A proposta visa promover transparência, o acesso imediato à informação e uma maior proximidade entre o serviço público e a comunidade. Aproveitando a possibilidade já existente de gravação das sessões, propõe ainda a transmissão em direto como forma de modernizar e tornar o processo mais acessível, apoiando a gravação das sessões de Assembleia, apenas, se esta garantir transmissão online e participação direta dos cidadãos. Terceira proposta, é sugerido que a Junta de Freguesia crie uma equipa operacional permanente. De acordo com a análise do orçamento de dois mil e vinte e seis, o valor existente nas rubricas destinadas a serviços de Jardinagem, limpeza e manutenção de ruas, totalizando cinquenta mil euros, seria manifestamente suficiente para a criação de uma equipa interna permanente. A criação desta equipa permitiria uma cobertura mais eficaz de toda a freguesia, com capacidade de resposta a diversas necessidades, aumentando a motivação do funcionário atual, garantindo a continuidade dos serviços em caso de ausências e evitando o recurso a trabalho precário, ao mesmo tempo, criaria emprego estável com perspetivas a médio e longo prazo. As propostas apresentadas pela bancada da coligação PPD-PSD / CDS-PP, foram submetidas à votação, tendo sido rejeitadas por maioria, com cinco votos contra, quatro votos a favor e zero abstenções.-----

As mesmas propostas apresentadas serão abordadas e submetidas a votação separadamente no ponto do Período da Ordem do Dia.-----

II. Período da Ordem do Dia-----

3. Informações de Mesa, designação dos líderes de bancada e intervenção das bancadas-----

A Presidente da Assembleia começa por informar que não foram rececionados, convites ou pedidos de informação ou esclarecimento por parte de entidades ou particulares, não tendo assim, informação adicional a prestar.-----

A Presidente da Assembleia, passou à designação dos líderes de bancada de cada força política. A Presidente da Assembleia deu a palavra à bancada do Partido Socialista, representada pelo Membro Paulo Jorge Bicho que iniciou a sua intervenção felicitando aos novos elementos que integram a Assembleia de Freguesia, manifestando a expectativa de que demonstrem o mesmo dinamismo e a boa vontade de fazer crescer Pereira, tal como ocorreu nos últimos quatro e oito anos. Referiu ainda que, relativamente aos temas apresentados pelo membro Jorge Gonçalves da bancada PPD/PSD – CDS/PP, reconhece a sua preocupação com a freguesia de Pereira, salientando, contudo, a importância de se apresentar propostas com consciência do momento e da realidade local, defendendo que as mesmas devem ser exequíveis e concretizáveis. Sublinhou que Pereira é uma Vila em crescimento, facto que considera evidente, mas defendeu que esse crescimento deve ocorrer com realismo e responsabilidade, tendo em conta as limitações financeiras e os condicionamentos existentes. Manifestou abertura para receber ideias novas, desde que viáveis. Acrescentou que, durante oito anos, elaborou atas nesta Assembleia de Freguesia, sempre com carácter esclarecedor, referindo que a confiança continuada da população e o facto de o Partido Socialista se manter como a força política mais votada em Pereira resultam de um trabalho considerado digno e transparente. Concluiu afirmando que a transparência é um fator essencial para o crescimento e para a manutenção da confiança da população.

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro Jorge Gonçalves da bancada da coligação Mudar Montemor Juntos (PPD/PSD – CDS/PP). A intervenção iniciou-se com a justificação da tomada da palavra, uma vez que a bancada não teve oportunidade de intervir na Assembleia de Tomada de Posse. Seguiu-se um agradecimento a todos os cidadãos da freguesia que participaram no ato eleitoral, com especial reconhecimento aos que confiaram o seu voto na coligação, assumindo o compromisso de honrar essa confiança através de um trabalho sério, atento, vigilante e construtivo. Foi sublinhado o forte sentido de responsabilidade e o compromisso com a freguesia que marcam o início deste novo mandato na Assembleia de Freguesia da Vila de Pereira. O momento foi apresentado como sinal de continuidade do trabalho realizado, mas também como expressão de uma confiança

renovada por parte dos eleitores, evidenciada pelo reforço da bancada, quer em número de eleitos quer na qualidade humana e política dos novos membros, alinhados com valores como a seriedade, proximidade, transparência e dedicação ao bem comum. Mais do que um ganho numérico, este reforço foi encarado como uma responsabilidade acrescida. A bancada reafirma a sua missão de representar todos os cidadãos da freguesia com coragem, sentido crítico e espírito construtivo, contribuindo para um debate exigente e orientado para soluções concretas. Reconheceu-se a existência de diferentes projetos e prioridades entre as várias forças políticas, consideradas legítimas, reafirmando-se que a defesa firme das próprias convicções não deve ser interpretada como ataque pessoal, mas como exercício responsável do mandato. Foi ainda feito um apelo a um trabalho político pautado pela transparência, clareza, frontalidade e verdade, defendendo que só assim se evitam equívocos e se garante uma política local honesta e comprometida, à altura das expectativas dos cidadãos. Foi igualmente deixada uma palavra de reconhecimento às forças políticas que concorreram às eleições sem eleger representantes, valorizando o pluralismo democrático e o respeito por todas as vozes que contribuem para o debate público e para o desenvolvimento da comunidade. A intervenção terminou com o desejo de um mandato frutífero para todos os eleitos, reforçando que os interesses da freguesia devem prevalecer sobre quaisquer outros. O líder da bancada Jorge Gonçalves, prosseguiu a sua intervenção com a defesa de uma democracia construída diariamente com coragem, responsabilidade, diálogo, respeito institucional e contributo coletivo, de forma a tornar a Assembleia um espaço vivo de debate democrático e de construção comum. O líder de bancada Jorge Gonçalves, continua a sua intervenção, fazendo abordagem a um assunto, que segundo o mesmo, diz respeito à nossa freguesia. Começou por solicitar esclarecimentos, relativamente à aquisição, por parte do Executivo Municipal, de um terreno rústico em Pereira destinado à construção de um parque de estacionamento manifestando preocupação pela ausência de informação prévia e de auscultação da Assembleia de Freguesia, bem como pela dimensão excessiva do terreno adquirido e pela indefinição quanto à utilização da área sobranete, defendendo-se uma gestão rigorosa, transparente e sustentada dos dinheiros públicos. Solicitou igualmente esclarecimentos quanto à diminuição do caudal da

Fontinha, apesar de o ano hidrológico se apresentar mais chuvoso, alertando para eventuais intervenções que possam comprometer a qualidade da água. No que respeita ao cemitério, questionou as obras efetivamente previstas, nomeadamente no que se refere aos problemas de drenagem e ao alagamento de campas, exigindo medidas concretas para a resolução da situação. A intervenção aborda ainda a necessidade de um planeamento adequado para a limpeza e abertura de valetas em toda a freguesia, face às fragilidades existentes na drenagem das águas pluviais, agravadas, segundo a bancada, por investimentos considerados insuficientes nos últimos anos. Relativamente ao contrato interadministrativo de delegação de competências, foram questionados os critérios de atribuição das verbas à freguesia de Pereira, considerando-se o montante atribuído, manifestamente insuficiente e desproporcional quando comparado com outras freguesias de menor dimensão populacional. Defendeu-se a reavaliação urgente desses critérios, em nome da equidade, da proporcionalidade e da justa distribuição dos recursos públicos. Foi ainda expresso apoio às reivindicações dos cidadãos relativamente ao estado de conservação do Largo da Cheira, recentemente inaugurado, manifestando-se preocupação com a falta de manutenção de uma obra de elevado custo e com o impacto negativo que essa situação tem na imagem da Vila. Por fim, foi reafirmado que, no período antes da ordem do dia, foram apresentadas três propostas concretas e fundamentadas, defendendo-se que as mesmas devam ser analisadas com seriedade e sentido de responsabilidade, colocando sempre o interesse público e o bem-estar dos cidadãos acima de quaisquer considerações partidárias. A intervenção terminou com a reafirmação do compromisso firme e responsável na defesa da freguesia de Pereira e dos seus cidadãos.

Após a intervenção das bancadas, a Presidente da Assembleia solicitou ao Executivo da Junta de Freguesia para se pronunciar sobre as questões colocadas pela bancada Mudar Montemor Juntos, (PPD/PSD- CDS/PP).

O Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que a aquisição do terreno lateral ao cemitério constituiu um dos principais objetivos do seu terceiro mandato, atendendo à carência de estacionamento existente naquele local, sobretudo nos fins de semana, dias de funeral e no Dia de

Todos os Santos. Referiu que o terreno permitirá a criação de um parque de estacionamento e de um acesso lateral para máquinas poderem entrar no cemitério. Informou ainda que a aquisição, do referido terreno, já foi aprovada em reunião de Câmara, embora ainda não se encontre concretizada, considerando-a uma mais-valia para a freguesia e uma das bandeiras da sua recandidatura, não assumindo, contudo, compromissos quanto à execução de obras futuras. Relativamente à água da Fontinha, referiu que o assunto já tinha sido anteriormente abordado, manifestando dúvidas quanto à existência de desvios de água, dado que os tubos se encontram enterrados a grande profundidade, comprometendo-se, ainda assim, a averiguar a situação. No que respeita à acumulação de águas no cemitério, indicou que, após a aquisição do terreno contíguo, existe a intenção de criar uma linha de drenagem de águas pluviais ao longo de todo o muro do cemitério, uma vez que, atualmente, não existe forma de encaminhar adequadamente essas águas. Quanto à limpeza e abertura de valetas, informou que os trabalhos já foram realizados nos Casais Velhos e no Casal Minhoto, estando previsto, para o mês de janeiro, o avanço dos trabalhos desde a rotunda do Olival do Senhor até à Fontinha. Relativamente aos Contratos Interadministrativos, esclareceu que existe um acordo entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, salientando que Pereira, é uma das freguesias com menor dimensão geográfica. Acrescentou que, após um processo de negociação com a Câmara Municipal, foi possível obter um reforço correspondente a mais trinta por cento (30%) em materiais e mais cinco por cento (5%) de financiamento, permitindo à Junta de Freguesia propor obras, ficando a Câmara responsável pelo fornecimento dos materiais e a Junta pelos custos de mão de obra, considerando esta solução uma mais-valia para a freguesia. Por último, relativamente à manutenção do espaço da feira, esclareceu que o aspeto de aparente sujidade se deve à existência de prado seco, plantado pelo empreiteiro, com o objetivo de permitir a sementeira até ao final do ano. Após a queda da semente, o espaço poderá ser cortado, encontrando-se o restante local devidamente limpo, conforme informação prestada pelos serviços da Câmara Municipal.-----

A Presidente da Assembleia questionou a bancada do PPD/PSD-CDS/PP sobre se subsistia alguma questão por esclarecer ou se pretendiam esclarecimentos adicionais relativamente aos pontos

abordados, tendo a referida bancada mencionado que todas as questões se encontravam devidamente clarificadas.-----

Sobre as propostas apresentadas pela bancada Mudar Montemor Juntos (PPD/PSD-CDS/PP), a Presidente da Assembleia informou que a proposta relativa à criação de uma comissão para a revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia seria objeto de apreciação no ponto quatro da Ordem de Trabalhos, considerando, por esse motivo, mais adequado que a mesma fosse submetida a votação nesse momento. Com a concordância das bancadas, foi dada a continuidade à apreciação da segunda proposta, respeitante à transmissão online das sessões da Assembleia de Freguesia e à realização anual de uma Assembleia deslocalizada. Atendendo ao facto de se tratarem de duas matérias distintas integradas na mesma proposta, foi sugerida a votação separada, sugestão aceite por ambas as bancadas.-----

Procedeu-se à votação da proposta relativa à transmissão online das Assembleias de Freguesia, a qual foi rejeitada por maioria, com cinco votos contra, e quatro votos a favor.-----

De seguida, foi colocada à votação a proposta relativa à realização de uma Assembleia de Freguesia deslocalizada por ano, tendo sido aprovada por unanimidade. Relativamente à proposta para a criação, por parte da Junta de Freguesia, de uma equipa operacional permanente, a Presidente da Assembleia referiu que a matéria ficaria devidamente esclarecida aquando da discussão do mapa de pessoal e do orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis, sugerindo, por esse motivo, que a mesma, fosse apresentada no ponto seis da Ordem de Trabalhos, sugestão aceite por ambas as bancadas.-----

4. Análise e Deliberação sobre a necessidade de Revisão do Regimento da Assembleia em Vigor ---

A Presidente da Assembleia deu início à apreciação do ponto quatro da Análise e Deliberação sobre a necessidade de Revisão do Regimento da Assembleia em vigor.-----

No uso da palavra, recordou que o Regimento atualmente vigente foi objeto de alteração no ano de dois mil e vinte e quatro, tendo contado com contributos dos membros da Assembleia. Esclareceu que o presente ponto tinha como finalidade discutir a eventual necessidade de desencadear novo processo de revisão do referido Regimento.-----

se
A

Aberto o período de intervenções, usou da palavra o Líder da Bancada do Partido Socialista, o qual reforçou que o Regimento foi recentemente alterado, no ano de dois mil e vinte e quatro, considerando, por esse motivo, não se justificar, para já, nova revisão, defendendo a sua manutenção.-----

De seguida, usou da palavra o representante da bancada Mudar Montemor Juntos (PPD/PSD – CDS/PP), que manifestou posição favorável à constituição de uma nova comissão para proceder à análise do Regimento e propor os ajustamentos que se revelem necessários, entendendo que tal revisão poderá contribuir para melhorar o funcionamento dos trabalhos da Assembleia.-----

Não se registando mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta relativa à necessidade de revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia.-----

Procedeu-se à votação, tendo-se registado cinco votos contra e quatro votos a favor, zero abstenções.

Face ao resultado apurado, a proposta foi rejeitada por maioria.-----

5. Apresentação dos trabalhos efetuados pela Junta de Freguesia no quarto trimestre de 2025-----

A Presidente da Assembleia deu início à apreciação do ponto cinco da Ordem de Trabalhos. Apresentação dos trabalhos efetuados pela Junta de Freguesia no quarto trimestre de dois mil e vinte e cinco. No uso da palavra, informou que iria proceder à leitura da listagem de trabalhos executados pela Freguesia de Pereira no período compreendido entre outubro e dezembro de dois mil e vinte e cinco, conforme documento previamente disponibilizado aos membros da Assembleia.-----

Foram elencados os diversos trabalhos realizados, designadamente intervenções de corte e limpeza de ervas, recolha de resíduos, limpeza de valetas, manutenção de espaços verdes e equipamentos públicos, limpeza do cemitério, apoio logístico à feira mensal, resolução de ocorrências relacionadas com iluminação pública, reporte de anomalias na via pública e na rede de abastecimento de água e saneamento, bem como reorganização da Feira Mensal no Largo da Cheira.-----

Foi igualmente referido o apoio e colaboração prestados pela Junta de Freguesia a diversas associações e entidades locais na realização de iniciativas de carácter desportivo, cultural e recreativo, bem como a organização de eventos promovidos pela própria Junta.-----

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Concluída a leitura do relatório, a Presidente da Assembleia concedeu a palavra às bancadas para eventuais intervenções. A bancada do Partido Socialista informou não ter questões a apresentar. O membro Paulo Batista da bancada Mudar Montemor Juntos (PPD/PSD – CDS/PP), usou da palavra referindo, intervir não apenas enquanto representante da bancada, mas também na qualidade de freguês. Manifestou preocupação relativamente à alegada falta de limpeza na Rua de São Tiago afirmando que, segundo o seu entendimento, a mesma não é alvo de limpeza regular há vários anos, designadamente no que respeita à abertura e manutenção de valetas. Referiu ainda situação idêntica noutras áreas, onde declarou, não sendo efetuadas limpezas há mais de uma década, considerando prioritária a intervenção em zonas habitacionais. Acrescentou que a diminuição do caudal da água da fontinha, se devia ao desvio da mesma, para um tanque próximo. Alertou para a existência de uma claraboia no depósito existente, que deveria ser objeto de limpeza, por alegado risco de poluição. Referiu igualmente que, no dia do apagão, a Junta de Freguesia teria aconselhado os habitantes a deslocarem-se ao local para recolha de água.-----

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Executivo, não se tendo registado resposta adicional. Não havendo mais intervenções, foi dado por encerrado este ponto.-----

6. Análise e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026, sob proposta do Executivo da Junta de Freguesia.-----

A Presidente da Assembleia deu início à apreciação do ponto seis da Ordem de Trabalhos Análise e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis.-----

Referiu que o documento em apreciação havia sido inicialmente mencionado no âmbito de propostas anteriormente apresentadas pela bancada PPD-PSD/CDS-PP, incluindo a sugestão da constituição de uma equipa operacional permanente. Esclareceu, contudo, que o ponto em discussão correspondia à análise e aprovação formal do Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte e seis, apresentado pelo Executivo da Junta de Freguesia. Informou que todos os membros haviam recebido previamente a documentação respetiva. A Presidente da Assembleia deu a palavra ao executivo para a apresentação do orçamento. O Tesoureiro do executivo da Junta, Adérito Almeida, iniciou a sua

F. Almeida *fe*

A

intervenção cumprimentando a Mesa, os líderes das bancadas, os membros da Assembleia e os Fregueses presentes, agradecendo a participação na sessão enquanto expressão do exercício democrático.-----

Referiu que o Orçamento para dois mil e vinte e seis foi elaborado com base em critérios de racionalidade, equilíbrio e prudência, à semelhança dos executivos anteriores, cuja execução orçamental têm refletido uma gestão responsável. Neste âmbito procedeu à leitura e análise sintética do documento previamente distribuído aos membros da Assembleia de Freguesia, apresentando os principais mapas financeiros e esclarecendo os valores previstos em termos de receita e despesa para o referido exercício. A Presidente da Assembleia passou a palavra às bancadas para esclarecimento de alguma dúvida que quisessem colocar sobre este ponto ao executivo.-----

Usou da palavra o Líder da Bancada do PPD/PSD/CDS-PP Jorge Gonçalves, que começou por esclarecer que a posição anteriormente assumida pela sua bancada não visava dividir ou desvalorizar o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia ou pelos seus funcionários, mas sim apresentar uma perspetiva alternativa relativamente à estrutura de custos com pessoal. Referiu que, segundo o documento apresentado, os custos com o quadro de pessoal ascendiam a cerca de cinquenta e um mil euros (51.000 euros), valor que, no seu entendimento, corresponderá apenas aos trabalhadores integrados no quadro permanente da Junta de Freguesia. Salientou que, para além destes trabalhadores existem ainda outros trabalhadores que prestam serviço de forma temporária ou pontual, designadamente a trabalhadores responsáveis pela limpeza. Questiona, assim, onde se encontram refletido esses encargos no Orçamento apresentado, considerando que os valores globais com recursos humanos poderão ultrapassar os cinquenta e um mil euros (51.000 euros) inicialmente indicados.-----

Acrescentou que, no seu entendimento, caso fosse equacionada a contratação de um trabalhador a tempo inteiro para apoiar o atual funcionário operacional na via pública, tal poderia representar uma melhoria significativa na produtividade e na capacidade de resposta da Junta.-----

Esclareceu que não pretende fazer juízos individuais sobre o desempenho de trabalhadores, mas considera que a presença permanente de um segundo elemento na rua permitiria uma dinâmica de

trabalho diferente e mais eficaz, devendo essa hipótese ser devidamente ponderada e prevista em termos orçamentais.-----

Referiu ainda que, relativamente à empresa prestadora de serviços de limpeza urbana, tem constatado a sua presença na zona da urbanização onde reside que as intervenções parecem ocorrer de forma pontual, designadamente em determinados períodos, como antes de atos eleitorais, sendo realizadas por equipas de quatro ou cinco trabalhadores durante períodos limitados (por exemplo, uma manhã de sábado ou uma tarde de sexta-feira) após essas intervenções, os funcionários da Junta acabam por ter de realizar trabalhos complementares, como o corte de ervas remanescentes nos passeios, assim, questiona se este modelo de prestação de serviços será o mais produtivo e eficiente, manifestando dúvidas de que os tempos e custos envolvidos correspondam aos resultados efetivamente obtidos.-----

A Secretária do Executivo Clara Nunes intervém referindo que a proposta apresentada pela bancada do PPD-PSD/CDS-PP é válida e merece consideração, designadamente tendo em conta que o funcionário operacional da Junta se encontra em idade próxima da reforma. Sublinhou que, numa perspetiva de continuidade do serviço público, poderia ser vantajosa a contratação de um novo trabalhador, permitindo que o funcionário atualmente em funções, pudesse, durante um período de transição, transmitir o seu conhecimento, experiência e práticas de trabalho. Contudo, ressaltou que a situação financeira da Junta de Freguesia não tem permitido grande margem orçamental, atendendo ao nível das receitas atualmente disponíveis. Acrescentando ainda, que nos termos da lei, a contratação de novos trabalhadores implica a abertura de procedimento concurso público, com os respetivos encargos financeiros e administrativos, o que exige uma avaliação rigorosa da sustentabilidade da decisão, afirmando que a ideia não é descabida e será ponderada durante o mandato em curso, mas que, para o ano de dois mil e vinte e seis, o Executivo mantém a decisão de não proceder à contratação de novos funcionários.-----

O Tesoureiro do executivo, Adérito Almeida, declarou que, atendendo aos valores constantes do Orçamento e à atual situação financeira da Junta, subscreve integralmente a posição expressa pela

Paulo Batista
A

Secretária do Executivo. Reiterando que, embora a proposta apresentada relativamente à eventual contratação de um novo funcionário possa ser pertinente numa perspetiva estratégica e de continuidade de funções, as limitações orçamentais atualmente existentes não permitem, no presente exercício, assumir esse compromisso.-----

Retomou a palavra o Líder da Bancada do PPD-PSD/CDS-PP Jorge Gonçalves, referindo que foi residente numa freguesia com cerca de mil e seiscentos eleitores, cuja área territorial era semelhante à da Freguesia de Pereira, e que essa autarquia dispunha já de dois funcionários permanentes, os quais, segundo afirmou, nem sempre eram suficientes para dar resposta às necessidades existentes. Sustentou que, face à dimensão territorial e às exigências operacionais da Freguesia de Pereira, seria importante reunir esforços no sentido de aumentar o número de funcionários ao serviço da Junta, reforçando a capacidade de intervenção e proximidade à população, atendendo ao valor de vinte e oito mil euros (28.000 euros) previsto para contratação de serviços externos, poderia ser ponderada a canalização dessa verba, total ou parcialmente, para reforço dos recursos humanos internos, considerando que tal opção poderia traduzir-se numa melhoria do serviço prestado aos fregueses. Concluiu defendendo que o investimento em recursos humanos próprios poderá representar uma solução mais eficaz e estruturante a médio prazo.-----

Usou da palavra o membro Paulo Batista da bancada do PPD-PSD/CDS-PP, que levantou algumas questões relativamente à previsão da receita constante no Orçamento para dois mil e vinte e seis. Manifestou dúvidas quanto ao valor global apresentado, referindo que, no seu entendimento, poderá não ter sido considerada uma parcela identificada como R9, questionando se a mesma estaria devidamente somada ao total da receita. Questionou ainda o facto de a previsão de receita proveniente do Posto de CTT se manter, de forma reiterada, no valor de doze mil euros (12.000 euros), considerando estranho que o montante não tenha sido atualizado, designadamente tendo em conta a inflação ou eventuais variações de atividade. Colocou ainda uma questão relativamente à rubrica referente à venda de pinheiros, perguntando qual a origem desse valor e se a Junta de Freguesia dispõe efetivamente de terrenos florestais (pinhais) suscetíveis de exploração ou venda. Por fim,

referiu que alguns valores constantes do Orçamento lhe parece, manterem-se inalterados ao longo dos anos, questionando os critérios utilizados na sua previsão e se existirá margem para atualização ou revisão dessas estimativas. No prosseguimento da sua intervenção, questionou igualmente a rubrica respeitante à receita proveniente de edifícios, solicitando esclarecimento sobre quais os imóveis que geram receita para a Junta de Freguesia.-----

No uso da palavra, o Tesoureiro, Adérito Almeida, esclareceu que o valor inscrito naquela rubrica corresponde à renda paga pelo Centro de Saúde, sendo essa a origem da receita proveniente de edifícios, esclareceu que o montante inscrito naquela rubrica corresponde apenas ao valor previsto até ao mês de abril do ano em curso. Informou que o valor remanescente será posteriormente incorporado através de reforço orçamental, uma vez que a receita destinada a suportar esse encargo ainda não se encontra formalmente aprovada. Acrescentou que, por razões de equilíbrio orçamental e prudência na gestão financeira, optou-se por inscrever apenas o valor correspondente ao período inicialmente garantido, prevendo-se o reforço da rubrica em momento posterior, logo que estejam reunidas as condições legais e financeiras para o efeito.-----

Retomou a palavra o membro Paulo Batista da bancada do PPD/PSD/CDS-PP, referindo que, não obstante os esclarecimentos prestados pelo Tesoureiro, considera que a questão não ficou totalmente esclarecida agradecendo o esforço de explicação apresentado pelo Executivo.-----

A Presidente da Assembleia questionou a bancada do PPD-PSD/CDS-PP se, independentemente dos esclarecimentos prestados pelo Executivo relativamente às limitações orçamentais, mantinha a intenção de submeter à votação a proposta para constituição de uma equipa operacional permanente.-----

Em resposta, a bancada do PPD-PSD/CDS-PP confirmou que mantinha a sua vontade de ver a proposta submetida a votação.-----

A Presidente da Assembleia procede à votação, lembrando que, de acordo com o esclarecimento prestado pelo Executivo, independentemente do resultado da deliberação, a constituição do pessoal prevista para o ano de dois mil e vinte e seis manter-se-á conforme constante no Orçamento

apresentado, podendo, contudo, vir a ser alterada no futuro, caso as condições financeiras e legais o permitam. Foi colocada à votação a proposta apresentada pela bancada do PPD-PSD/CDS-PP relativa à constituição de uma equipa operacional permanente, registando-se os seguintes resultados, cinco votos contra, quatro votos a favor e zero abstenções. A proposta foi rejeitada por maioria.-----

Prosseguindo com o ponto da Ordem de Trabalhos, a Presidente da Assembleia concedeu novamente a palavra ao Executivo para apresentação do Plano de Atividades para o ano de dois mil e vinte e seis, tendo referido que o respetivo documento foi previamente facultado a todos os membros da Assembleia.-----

No uso da palavra, Clara Nunes referiu que, não obstante o documento estar devidamente detalhado, optaria por salientar apenas algumas linhas orientadoras que considerou mais relevantes. Destacou que as atividades previstas foram devidamente ponderadas e enquadradas no Orçamento apresentado, encontrando-se assegurada a respetiva cobertura financeira.-----

No que respeita aos temas de Educação, Cultura e Sustentabilidade, o Executivo manifestou a intenção de continuar a apoiar as diversas entidades da Freguesia, sejam elas de carácter associativo, desportivo, cultural ou recreativo, bem como novas associações que venham a surgir. Referiu que, no decurso do ano de dois mil e vinte e cinco, surgiu uma nova associação na Freguesia, tendo a Junta demonstrado disponibilidade para colaborar e apoiar as suas iniciativas, posição que será mantida relativamente a quaisquer outras entidades que venham a desenvolver atividade local.-----

No tema de Eventos e Dinamização da Freguesia, foi referido que se manterão os eventos já consolidados, designadamente, a Feira das Comedeiras, prevendo-se eventualmente o seu alargamento e reforço, com maior divulgação e eventual participação de expositores externos, o Mercadinho de Natal, considerado um marco importante na promoção dos produtos locais, artesanato e comércio tradicional, a possibilidade de criação de um Mercadinho da Páscoa, proposta que surgiu na sequência da participação de expositores no Mercadinho de Natal e que será analisada pelo Executivo. Foi ainda reafirmada a importância da manutenção e reforço da Agenda Cultural da Freguesia, procurando promover maior articulação entre as diferentes entidades e instituições locais,

de modo a evitar a sobreposição de eventos e potenciar uma distribuição mais equilibrada das iniciativas ao longo do ano.-----

O Executivo apelou à cooperação entre as associações representadas na Assembleia, defendendo que uma melhor coordenação na calendarização das atividades beneficiará toda a comunidade.-----

No domínio da educação, o Executivo referiu como objetivo estratégico a promoção do alargamento da oferta educativa local até ao décimo segundo ano de escolaridade, entendendo que tal medida contribuiria para fixar jovens na Freguesia e permitir a continuidade do seu percurso académico até ao ingresso no ensino superior.-----

Foi salientado que esta pretensão depende da articulação com o Município e com o Ministério da Educação, exigindo diálogo institucional e planeamento a médio prazo.-----

No que respeita ao desporto e lazer, foi manifestada a intenção de manter o apoio à ginástica sénior, reconhecendo a sua importância na promoção do envelhecimento ativo, assegurar a manutenção dos diversos espaços públicos de utilização livre existentes na Freguesia, reforçar junto do Município a necessidade de criação de um parque na zona da urbanização Dona Teodora, área que, segundo referiu, tem sido menos valorizada, apesar de apresentar crescimento habitacional significativo.-----

O Executivo considerou prioritária a valorização equilibrada de todo o território da Freguesia. No que respeita a obras e infraestruturas, o Executivo destacou como objetivos após a aquisição de terreno contíguo ao cemitério, proceder à sua limpeza e promover a criação de um parque de estacionamento de apoio ao cemitério, considerado fundamental para melhorar as condições de acesso, criar melhores condições de circulação pedonal, nomeadamente em zonas de acesso escolar, promovendo segurança e dignidade na mobilidade, desenvolver diligências para o alargamento da Rua Nossa Senhora do Pranto, com criação de passeio contínuo desde a zona da Queijadilha até ao jardim de Nossa Senhora do Pranto. Foi referido que, para esta intervenção, já foram estabelecidos contactos com moradores, uma vez que poderá implicar a demolição e reposição de alguns muros, visando o alargamento da via e a criação de condições adequadas de circulação pedonal.-----

Foi ainda indicada como prioridade, pelo Executivo, a criação de passeios dignos na Rua Principal do Casal Minhoto, de modo a garantir segurança e acessibilidade para os peões.-----

No âmbito do ordenamento do território e ambiente, o Executivo referiu diversas preocupações que têm sido apresentadas pelos fregueses, nomeadamente, a necessidade de alteração das espécies arbóreas existentes na Urbanização Quinta de São Luís, face a problemas relacionados com sujidade e proliferação de insetos, a reorganização das espécies arbóreas na referida urbanização, a melhoria e manutenção dos espaços verdes, o reforço da presença da varredoura do Município na Freguesia, abrangendo não apenas a urbanização mas todo o território, a manutenção da análise da água da Fonte de São Tiago (Fontinha), com divulgação pública trimestral dos resultados, a criação de novos suportes para contentores de resíduos sólidos urbanos, proceder à instalação de novos pontos de recolha seletiva para reciclagem e a limpeza regular dos ribeiros, considerada uma prioridade essencial.-----

Foi igualmente referido que a Junta continuará a insistir junto do Município para que seja realizada uma intervenção mais profunda no ribeiro que atravessa a zona junto à peixaria, defendendo que um eventual revestimento adequado poderá facilitar o escoamento das águas e reduzir o crescimento excessivo de vegetação.-----

No âmbito da saúde, o Executivo informou que continuará a desenvolver esforços junto das entidades competentes para promover o alargamento do polo de saúde, com vista à criação de uma Unidade de Saúde Familiar (USF), reforçando assim a capacidade de resposta à população.-----

Relativamente à comunicação institucional, será promovida a atualização do website da Junta, mantendo-se igualmente um canal permanente de proximidade com os fregueses para acolhimento e acompanhamento de quaisquer situações que possam surgir.-----

Colocado à votação, o Plano de Atividades para dois mil e vinte e seis foi aprovado por maioria, com cinco votos a favor, quatro abstenções e zero votos contra.-----

7. Análise e aprovação, sob proposta do Executivo da Junta de Freguesia, do quadro de pessoal para 2026-----

A Presidente da Assembleia deu início ao ponto sete da Ordem de Trabalhos, relativo à análise e aprovação do Quadro de Pessoal para dois mil e vinte e seis.-----

Não se registando pedidos de esclarecimento adicionais, o documento foi colocado à votação, tendo o mesmo obtido, cinco votos a favor, quatro votos contra e zero abstenções, ficando assim o quadro de Pessoal para dois mil e vinte e seis aprovado por maioria.-----

8. Análise e aprovação, sob proposta do Executivo, da Tabela de Taxas e Preços para 2026-----

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Executivo para se pronunciar sobre a Tabela de Taxas e Preços para o ano de dois mil e vinte e seis.-----

Usou da palavra o Presidente da Junta, António Ferreira, que esclareceu terem sido efetuadas apenas pequenas alterações nos valores, atendendo a que as taxas não eram atualizadas há vários anos. Referiu ainda que, apesar da necessidade de reforço de verbas, o Executivo optou por proceder apenas a ajustes nos valores em vigor.-----

De seguida, a Presidente da Assembleia questionou as bancadas sobre a existência de quaisquer questões a colocar ao Executivo relativamente à matéria em apreciação, não se tendo registado qualquer intervenção.-----

Colocada a votação, a Tabela de Taxas e Preços para dois mil e vinte e seis foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor e quatro abstenções.-----

9. Análise e aprovação do Contrato Interadministrativo e respetivos anexos, para 2026.-----

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Executivo para se pronunciar sobre o presente ponto. Usou da palavra o Presidente da Junta, António Ferreira, referindo que todos os Presidentes de Junta participaram numa reunião de Câmara, da qual resultou um aumento de cinco por cento (5%) de verba e um reforço de trinta por cento (30%) em materiais. Esclareceu que, sempre que exista a realização de uma obra, a Câmara Municipal assegura o fornecimento dos materiais, ficando a Junta de Freguesia responsável pela mão de obra. De seguida, a Presidente da Assembleia questionou as bancadas sobre se alguém pretendia pronunciar-se relativamente ao ponto em análise, não se tendo registado qualquer intervenção. Colocada a proposta à votação, a Análise e Aprovação do Contrato

Interadministrativo e respetivos anexos, para o ano de dois mil e vinte e seis, foi aprovada com cinco votos a favor e quatro abstenções.-----

A Assembleia de Freguesia deliberou ainda aprovar, sob proposta do Executivo da Junta de Freguesia, a minuta do Contrato Interadministrativo e respetivos anexos, para dois mil e vinte e seis, a celebrar entre o Município de Montemor-o-Velho e a Junta de Freguesia de Pereira, nos termos constantes do documento anexo, que faz parte integrante da presente deliberação.-----

Antes de conceder a palavra ao público, a Presidente da Assembleia questionou as bancadas sobre a existência de mais algum assunto a acrescentar.-----

O Tesoureiro, Adérito Almeida, informou a bancada da coligação PPD-PSD/CDS-PP que o ponto do orçamento cujo somatório havia sido colocado em dúvida se encontra correto, ficando assim, do ponto de vista do Executivo, a questão anteriormente colocada, devidamente esclarecida.-----

O membro Paulo Batista interveio, dirigindo-se ao executivo da junta, para apresentar uma observação relativamente ao Plano de Atividades, referindo que o mesmo não deve incidir apenas sobre a Urbanização Teodoro e a Urbanização de São Luiz, devendo antes contemplar a freguesia de Pereira na sua totalidade.-----

I. Intervenção do Público

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 49º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nesta sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, da palavra ao público.-----

O freguês Joaquim Rodrigues usou da palavra, iniciando a sua intervenção com a referência a que reside na Rua Dr. Mário Soares há trinta e nove anos. Referiu que, aquando do início da construção da urbanização, foi construída uma fossa coletiva no início da referida rua, a qual recebia os resíduos provenientes da Rua de São Tiago e da Rua Dr. Mário Soares. Com o crescimento da urbanização, a referida fossa deixou de estar dimensionada para o aumento do caudal de saneamento, verificando-se que, sempre que chove, o esgoto extravasa pela tampa localizada na Rua de São Tiago. Acrescentou que, nessas situações, os efluentes acabam por entrar no logradouro da sua habitação, situação que se repete há cerca de quinze anos. Informou ainda que apresentou reclamação junto da Câmara

Municipal, não tendo, até à data, sido tomada qualquer medida para a resolução do problema. Referiu igualmente que, na mesma rua e junto à referida fossa, existiam vários gatos com comportamentos agressivos, tendo começado a alimentá-los de forma a torná-los mais dóceis, com o objetivo de facilitar a sua recolha por parte da Câmara Municipal. Indicou que comunicou a situação às entidades competentes, nomeadamente à Junta de Freguesia, à Câmara Municipal e ao Canil Municipal, tendo sido informado pelo veterinário deste último que a lotação se encontrava esgotada, tendo sido possível apenas a recolha de três gatos. O freguês acrescentou que, devido a esta situação, não consegue usufruir tranquilamente da sua habitação, uma vez que os gatos entram no seu espaço. Referiu ainda que lhe foi sugerida a adoção de alguns animais, tendo adotado dois gatos, subsistindo, contudo, outros animais cuja responsabilidade entende competir às entidades públicas, designadamente à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal. Solicitou ainda à Câmara Municipal que seja tapada a valeta junto à sua habitação, à semelhança do que já foi efetuado nas propriedades vizinhas, evitando assim a necessidade de limpeza frequente da valeta e permitindo o ganho de espaço para a criação de um passeio.-----

O freguês José Paiva usou da palavra, referindo que, durante o período de campanha, elementos do Executivo estiveram na sua residência e efetuaram determinadas promessas. Nesse sentido, solicitou ao Executivo que, aquando de reunião com o Presidente da Câmara, lembre as promessas efetuadas, nomeadamente no que respeita à Rua de Santa Rita. Referiu ainda que a bifurcação da estrada de Figueiró para Santo Varão e a Rua de Santa Rita constitui, no seu entender, um dos locais mais sujos do concelho, situação que já comunicou às entidades competentes, não tendo, até ao momento, sido tomadas quaisquer medidas. Por fim, manifestou a opinião de que a freguesia de Pereira necessita de um museu ou de um salão para exposições, questionando o Executivo sobre a possibilidade de exercer pressão junto das entidades competentes no sentido de dotar a freguesia desse espaço, que considera ser uma mais-valia para Pereira.-----

O freguês João Marques usou da palavra, referindo que já havia enviado um e-mail ao Executivo relativamente a uma questão que o preocupa, não obtendo resposta, pelo que decidiu apresentar

novamente a sua preocupação em Assembleia. Trata-se da segurança do parque infantil localizado no Parque da Beira Rio, o qual, segundo o freguês, não cumpre todas as normas aplicáveis àquele tipo de espaço, nomeadamente no que respeita à distância mínima relativamente a vias com elevado tráfego rodoviário. Solicitou ao Executivo esclarecimentos sobre a sua posição relativamente a este assunto. Acrescentou que, sobre o mesmo tema, o Presidente da Junta havia respondido na última Assembleia a outro freguês que não poderia dar resposta sobre aquela questão, por se tratar de uma obra da Câmara Municipal, sendo esta responsável pelo espaço. No entanto, alguns dias depois, constatou no local a colocação de uma placa informativa, indicando que a responsabilidade pelo parque seria da Junta de Freguesia, pelo que solicitou esclarecimento sobre a real responsabilidade do espaço. O freguês abordou ainda outro tema relacionado com o apoio ao associativismo, referindo como tem vindo a ser anunciado pelo concelho dos apoios às associações das freguesias, sempre que é solicitado, a Junta indica não dispor de verbas. Referiu que, conforme consta da última ata, foi feita aquisição de quinhentas t-shirts para a ADCR Pereira, questionando quais os critérios utilizados para a atribuição deste tipo de apoios às associações da freguesia.-----

O freguês Celso Monteiro usou da palavra, desejando um bom mandato ao Executivo e à Assembleia de Freguesia. Apresentou algumas propostas ao Executivo para o desenvolvimento da freguesia de Pereira, destacando a necessidade de pressionar o Executivo da Câmara Municipal para o alargamento do serviço de Metrobus de Coimbra até Pereira, dado que muitos residentes trabalham em Coimbra. Referiu que, apesar de exercer cargos políticos noutra concelho, está disponível para defender essa expansão nos locais adequados. Abordou ainda a intervenção no Paul de Arzila, na qual o Município teve participação, questionando se a freguesia de Pereira foi devidamente ouvida durante o processo. Por fim, referiu a questão da multa aplicada à ETAR emitida à entidade ABMG, sublinhando que, apesar de Pereira ter uma das águas mais caras do distrito, apresenta os piores serviços, com água de elevada dureza que danifica os equipamentos. Alertou que, com o crescimento da freguesia, a Junta não deve limitar-se a olhar apenas para o presente, mas também planear ações para o futuro.-----

O freguês António Torres usou da palavra, iniciando a sua intervenção com votos de sucesso ao novo Executivo e aos novos membros da Assembleia de Freguesia.-----

Questionou sobre a compra do terreno junto ao cemitério, se o referido terreno é propriedade da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal, e, caso seja da Câmara, como se irá proceder para a transferência do terreno para a Junta, considerando que já existem projetos de obra previstos para o local. Acrescentou que sai da Assembleia sem entender o orçamento, ficando a questão se as contas estão corretas ou não. Sugeriu, neste sentido, que o Executivo recorra a apoio de um gabinete de contabilidade e, se necessário, a apoio jurídico à semelhança do acompanhamento dado no caso dos gatos de forma a assegurar que não são cometidas eventuais ilegalidades.-----

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Executivo para responder às questões colocadas pelos fregueses.-----

O Executivo iniciou a sua intervenção respondendo à questão colocada pelo freguês Joaquim Rodrigues, referindo que a problemática do saneamento tem sido uma luta constante deste Executivo junto da Câmara Municipal e, mais recentemente, junto da empresa ABMG. Esclareceu que a situação se deve ao facto de as águas pluviais se encontrarem ligadas à rede de saneamento, sendo que a resolução definitiva apenas ocorrerá quando a empresa obrigar os moradores da urbanização a ligarem as águas pluviais à rede própria e não à rede de saneamento. Relativamente à questão dos gatos, esclareceu que a responsabilidade é exclusivamente do Canil Municipal, uma vez que a Junta de Freguesia abdicou dessa competência, não tendo atualmente qualquer responsabilidade direta sobre canídeos e felinos. Referiu ainda que foi solicitado ao Canil Municipal a colocação de abrigos para felinos, tendo sido prometido que os mesmos seriam instalados ainda durante o presente ano, com o objetivo de concentrar os animais e possibilitar posteriormente a sua castração. Acrescentou que a Junta solicitou apoio a associações para a criação de colónias na freguesia, sendo que estas associações procedem periodicamente à recolha dos animais para castração e à colocação de alimentação. Quanto à questão das valetas, o Executivo referiu não ter conhecimento de qualquer

intervenção realizada pela Junta, considerando necessário deslocar-se ao local para verificar a situação no terreno e proceder posteriormente à sua análise.-----

Respondendo ao freguês José Paiva, o Executivo referiu que, relativamente à lomba mencionada, a solicitação foi efetuada ainda durante o período de campanha, tendo o Presidente da Câmara tomado posse recentemente, pelo que se aguarda a sua atuação. No que respeita à limpeza do Traveiro, esclareceu que a interpretação do freguês é coincidente com a do Executivo da Junta, tendo já sido solicitado à Proteção Civil a remoção de dois reservatórios, aguardando-se agora a intervenção das entidades competentes. Relativamente à criação de uma sala de exposições, informou que o assunto já foi abordado com a Senhora Vereadora, que manifestou concordância, estando o executivo a trabalhar no sentido de dotar Pereira de um espaço destinado a exposições.-----

Em resposta ao freguês João Marques, o executivo esclareceu que o parque infantil é da responsabilidade da Junta de Freguesia, acrescentando que, na Assembleia anterior, o que foi referido dizia respeito ao facto de o projeto e a localização do parque terem sido da responsabilidade da Câmara Municipal, de forma a possibilitar a candidatura a fundos. Relativamente ao apoio ao associativismo, esclareceu que todas as associações são tratadas de igual forma, sendo apoiadas sempre que solicitam ajuda à Junta. Acrescentou que, quando a verba transferida pela Câmara Municipal for superior, a Junta consegue também contribuir de forma mais significativa para as associações.-----

Relativamente à intervenção do freguês Celso Monteiro, o Executivo referiu que não foram colocadas questões diretas, mas sim apresentadas propostas para o desenvolvimento da freguesia. No que respeita à intervenção no Paúl de Arzila, informou que a freguesia de Pereira ainda não foi ouvida relativamente a qualquer projeto, manifestando, contudo, total disponibilidade para colaborar, considerando tratar-se de uma oportunidade relevante para o desenvolvimento do turismo na freguesia. Quanto à ETAR, informou que será estabelecido contacto com a empresa ABMG para recolha de dados mais concretos, a fim de apresentar esclarecimentos na próxima Assembleia, permitindo avaliar a evolução da situação no período compreendido entre setembro e abril.-----

Respondendo ao freguês António Torres, o Executivo esclareceu que o terreno junto ao cemitério é propriedade da Câmara Municipal, acrescentando que a Junta irá solicitar à Câmara a execução de um acesso junto ao muro do cemitério para a construção de uma entrada lateral. Relativamente às questões orçamentais, esclareceu que a Junta dispõe de uma empresa de contabilidade responsável pela execução contabilística, não sendo essa função desempenhada pelo Tesoureiro. O freguês interveio novamente, referindo a importância de a referida empresa estar presente nas Assembleias para prestar esclarecimentos técnicos sobre o orçamento, permitindo que todos os membros saiam devidamente esclarecidos. O Executivo referiu ainda que dispõe de apoio jurídico por parte da Câmara Municipal. O Tesoureiro usou da palavra para esclarecer a sua intervenção anterior, relativamente à explicação do orçamento, afirmando que a mesma não resultou de desconhecimento, acrescentando que se sentiria mais confortável com o apoio da empresa de contabilidade. Referiu ainda que, por se tratar da primeira apresentação do orçamento, o nervosismo condicionou a sua exposição, reafirmando que as contas se encontram corretas, tendo a única falha sido ao nível da comunicação, pelo que apresentou um pedido de desculpas à Assembleia.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, e da mesma, para constar, se lavrou a presente ata a qual depois de lida e aprovada, nos termos dos n.º 2 e 4 do art.º 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, vai ser assinada, pela primeira secretaria, Ana Simões e pelo segundo secretario Roberto Roxo, que a elaboramos, e pela Presidente da Assembleia Sónia Costa, para eficácia.

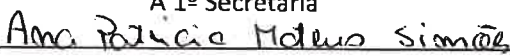
Pereira, 23 de dezembro de 2025,

Assembleia de Freguesia de Pereira

A Presidente


Sónia Matias Costa

A 1ª Secretária


Ana Patrícia Mateus Simões

O 2º Secretário


Roberto Filipe Pinto Figo Roxo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA VILA DE PEREIRA

Município de Montemor-o-Velho

ATA

DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2025

DOCUMENTOS ANEXOS (1)

Antes da Ordem do Dia

Documentos do ponto:

1. Apreciação e aprovação da ata da sessão de 26 de setembro de 2025 da Assembleia de Freguesia
(CONTÉM 6 PÁGINA)

2. Apresentação escrita de pareceres, propostas e menções honrosas

Moção de Louvor à Junta de Freguesia de Pereira

(CONTÉM 1 PÁGINA)

Apresentação de Propostas

(CONTÉM 2 PÁGINAS)

Mandato 2025/29



1ª Reunião de Assembleia do dia 23/12/2025

Ata da Assembleia de Freguesia de Pereira do dia 26 de setembro 2025 - Apreciação do documento submetido a aprovação

A ata de uma Assembleia de Freguesia constitui o documento oficial que regista, de forma fiel e cronológica, os factos ocorridos durante uma sessão daquele órgão deliberativo. Trata-se de um instrumento essencial da vida democrática local, na medida em que materializa, por escrito, o exercício das competências legais da Assembleia e preserva a memória institucional das suas decisões, debates e deliberações.

A ata serve, primordialmente, para documentar e comprovar o que foi discutido, proposto, votado e decidido em cada sessão, assumindo-se como meio de prova com valor legal e administrativo. É através dela que se assegura a transparência da ação política, a fiscalização por parte dos cidadãos e de outras entidades, bem como a continuidade e coerência da governação local. A ata permite ainda que ausentes, órgãos executivos e entidades externas conheçam, com rigor, o conteúdo das deliberações tomadas.

Do ponto de vista formal, uma ata deve obedecer a um conjunto de características essenciais: clareza, objetividade, rigor, imparcialidade e exatidão. Deve identificar inequivocamente a data, hora e local da sessão, os membros presentes e ausentes, a ordem de trabalhos, as intervenções relevantes, as propostas apresentadas, o sentido de voto e o resultado das deliberações. Embora não seja uma transcrição integral, deve refletir com precisão o teor das intervenções, sobretudo quando estas fundamentam posições políticas, votos ou decisões formais.

Os objetivos primordiais da redação de uma ata passam por garantir a autenticidade dos factos, assegurar a responsabilidade política dos eleitos, salvaguardar os direitos das minorias e permitir o escrutínio democrático. Neste contexto, a ata não é um mero formalismo administrativo, mas um pilar da legalidade e da boa governação.

A importância deste documento é particularmente relevante sob os prismas legal e ético/moral. Legalmente, a ata é frequentemente condição necessária para a validade e eficácia das deliberações tomadas, sendo exigida em processos de fiscalização, auditoria, contencioso administrativo ou controlo financeiro. Eticamente, a sua elaboração e aprovação atempadas traduzem respeito pelo princípio da lealdade institucional, pela verdade dos factos e pelo direito dos cidadãos a uma informação fidedigna. O cumprimento rigoroso dos timings de redação, apreciação e aprovação da ata contribui para a segurança jurídica e para a confiança nas instituições democráticas.

Uma ata que não reflita com exatidão o que ocorreu na sessão, que omita intervenções relevantes ou que deturpe as palavras proferidas pelos intervenientes, tem consequências graves para a democracia local. Tal prática compromete a transparência, fragiliza a responsabilização política, pode falsear a vontade deliberativa do órgão e gerar desconfiança entre eleitos e eleitores.

Em termos democráticos, a distorção do conteúdo de uma ata equivale a uma adulteração da memória coletiva e do processo deliberativo, enfraquecendo os princípios da verdade, da participação informada e da legitimidade das decisões públicas. Por essa razão, a redação de atas deve ser encarada como um ato de elevada responsabilidade cívica, exigindo rigor técnico, independência e um compromisso inequívoco com a fidelidade dos factos e com os valores democráticos que sustentam o poder local.

Da análise do documento “*Ata de 26 de setembro de 2025.v.1.pdf*”, submetido para apreciação e aprovação na sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Pereira, agendada para 23 de dezembro, resulta claro e inequívoco, para quem esteve presente na sessão do passado dia 26 setembro, que o mesmo, não cumpre as premissas fundamentais que devem reger a elaboração de uma ata, enquanto documento oficial e com relevância legal.

Com efeito, a ata em apreciação não reflete com exatidão o que ocorreu na sessão, contendo omissões de intervenções relevantes e deturpações do teor das palavras proferidas pelos intervenientes, o que compromete a sua fidelidade, rigor e objetividade.

Concretamente, no que respeita à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pereira, em resposta ao ponto 3 da ordem de trabalhos, a redação apresentada omite expressões de carácter manifestamente ofensivo dirigidas à bancada da Coligação PPD-PSD / CDS-PP, em particular, e aos fregueses, em geral. Entre essas expressões, efetivamente proferidas em plenário, contam-se, designadamente, as seguintes citações textuais:

- “*Os senhores devem andar a ver passar os comboios...*”;
- “*Os pereirenses deviam beijar o chão que eu piso...*”;

A exclusão destas expressões do texto da ata constitui uma alteração substancial da realidade factual da sessão, na medida em que impede o registo fiel do tom, do conteúdo e do contexto da intervenção, falseando a memória do debate e prejudicando a transparência do processo deliberativo.

Face ao exposto, considera-se imprescindível e inadiável que a verdade dos factos seja integralmente reposta, através da inclusão dos elementos em falta na redação da ata, de modo que esta possa cumprir a sua função legal, administrativa e democrática, e apenas então ser submetida a aprovação.

Em caso de recusa de inclusão dos elementos em falta:

E em face do exposto, e enquanto membro deste órgão deliberativo, não posso nem devo validar, através do meu voto favorável, um documento que não traduz com fidelidade o que efetivamente ocorreu em plenário, sob pena de contribuir para a legitimação de uma versão deturpada dos factos e para a erosão dos princípios da transparência, da verdade e da responsabilidade política que devem nortear o funcionamento da Assembleia de Freguesia.

Cláudia

Assim, na ausência da correção das omissões e inexatidões identificadas, votarei contra a sua aprovação, solicitando que esta posição, bem como os fundamentos que a sustentam, fiquem expressamente registados em ata.

Este posicionamento não visa obstruir o normal funcionamento dos trabalhos nem questionar a legitimidade das deliberações tomadas, mas antes defender a integridade do processo democrático, a credibilidade deste órgão e o direito dos fregueses a um registo verdadeiro e transparente da atuação dos seus representantes eleitos.

Ainda a propósito, da reunião anterior e enquanto único membro da bancada da oposição PSD/CDS-PP, do mandato anterior, agora presente, não posso deixar de manifestar o meu profundo desagrado e ao mesmo tempo apreensão e muita preocupação, relativamente ao incumprimento reiterado das obrigações legais e institucionais, por parte da Junta de Freguesia e do Presidente da Assembleia de Freguesia, cessante.

Importa recordar que, na última Assembleia de Freguesia, do mandato anterior, esta bancada solicitou formalmente a disponibilização de diversos documentos relativos a vários assuntos de relevante interesse público. Esse pedido foi efetuado de forma clara, legítima e oficial, tendo sido encaminhado através do então Presidente da Assembleia de Freguesia, conforme os trâmites institucionais, legalmente previstos (documento anexo a esta exposição).

Contudo, e apesar do tempo decorrido desde essa solicitação, a verdade é que, até à presente data, não foi entregue qualquer documentação, nem foi prestada qualquer resposta, esclarecimento ou justificação, em tempo útil, à solicitação apresentada pela referida bancada.

Este comportamento configura, no meu entendimento, um claro incumprimento dos deveres de transparência, colaboração institucional e respeito pelos direitos da oposição, princípios basilares do funcionamento democrático dos órgãos autárquicos.

Assim, e no momento em que se procede à aprovação da ata, dessa reunião, considero imprescindível que fique expressamente registado que quer a Junta de Freguesia, quer o Presidente da Assembleia de Freguesia, cessante, falharam no cumprimento das suas obrigações legais e regimentais, ao não assegurarem a resposta atempada e adequada aos pedidos de informação formulados.

A transparência, a prestação de contas e o respeito pelo papel fiscalizador da oposição não são facultativos; são deveres essenciais num Estado de Direito democrático. É nesse sentido que deixo este registo, esperando que, no futuro, estas práticas não voltem a repetir-se.

Tenho dito,

Cláudia Gonçalves, Membro eleito pela Coligação PPD-PSD / CDS-PP- "Unir pela Mudança" - 2021/2025

Exmo Sr. Presidente
da Mesa da Assembleia
de Pareira

(4)

Os elementos da bancada eleita pela Coligação "Unir pela Mudança", vem por este meio solicitar à Junta de Freguesia, os seguintes documentos face às intervenções realizadas nesta reunião de assembleia, do dia 26 de setembro, de 2025, a saber:

- sobre o Projeto "Beira Rio"
 - contratos de adjudicação
 - revisões orçamentais
 - relatórios de execução e justificações para os aumentos de custo.

- sobre a venda do Terreno da Junta de Freguesia

- Edital da licitação pública;
- as propostas apresentadas;
- contrato de venda;
- levantamento técnico;
- ata de retificação de área e cálculo final do valor de venda.

Os elementos da Bancada
"Unir Pela Mudança" coligação
RSD/CDS-PP

23/12/25, 19:49

SAPO Mail - Solicitação de documentos - alínea f) do art.º 13º do Regimento da AF

Data: seg, 29 set 2025 [09:51:40 WET]

De: José Carlos Leite <jcarleite@gmail.com>

Para: António Ferreira <asilva.ferreira57@gmail.com>, Clara Nunes <clarainunes44@gmail.com>, Sofia Peixeira <sofia.natur@gmail.com>, Junta de Freguesia Pereira <jfvilapereira@hotmail.com>

Cc: Ana Simões <apmsimoes@gmail.com>, Natércia Reis <natercia_paula_reis@hotmail.com>, Cláudia Sousa <csousa@esec.pt>, cmggoncalves75@sapo.pt, Rute Maria Marques Pires

<rutepires@caritascoimbra.pt>, cristina torres <cristina.ribeiro913@gmail.com>, Jose Leite

<jose.leite@quadromor.com>, Paulo Jorge <pj327789@gmail.com>, manuelgois@sapo.pt, José Marques <ze.fmarques07@gmail.com>, ze.fmarques@hotmail.com, fmpsantos@sapo.pt

Assunto: Solicitação de documentos - alínea f) do art.º 13º do Regimento da AF

Anexos

image.png 7 KB

Requerimento pedido PPD_PSD-CDS_PP.pdf 66 KB

Exmo Senhor

Presidente da Junta de Freguesia de

PEREIRA,

No âmbito das competências de apreciação e fiscalização da Assembleia de Freguesia descritas no artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, em conjugação com a alínea d) do artigo 10º da mesma Lei, foi entregue à Mesa da Assembleia de Freguesia de Pereira nos termos da alínea f) do artigo 13º do regimento da Assembleia de Freguesia de Pereira, pela bancada "Unir pela Mudança" (PPD/PSD CDS-PP), requerimento que se anexa e para o qual é devida resposta respeitando o estipulado na alínea d) do artigo 18º Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Da presente correspondência é dado conhecimento aos interessados e restantes membros da Assembleia de Freguesia, devendo a resposta ser enviada ao Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Pereira que lhe dará o devido e legal seguimento.

Com os maiores agradecimentos.

Cumprimentos,

José Carlos Malheiro Leite

(Presidente da Assembleia)



23/12/25, 19:49

SAPO Mail - Solicitação de documentos - alínea f) do art.º 13º do Regimento da AF



Louvor

A bancada do Partido Socialista expressa o seu louvor à Junta de Freguesia de Pereira pela requalificação do Largo da Feira, na Cheira.

Uma intervenção de elevado mérito que valorizou significativamente aquele espaço público, dotando-o de melhores condições para a realização da feira mensal, bem como para o lazer e a promoção de eventos festivos.

Esta obra permitiu assim, o regresso da feira mensal ao seu local tradicional, reforçando a dinâmica social e económica da freguesia de Pereira.

Pereira 23 dezembro de 2025

Bancada do Partido Socialista

Paulo J. Sousa Bicho
Mestre Paulo Lopes Cosme dos Reis

Apresentação de Propostas



Vila de Pereira, 23 de dezembro de 2025

Enquanto bancada da oposição, pretendemos apresentar formalmente as seguintes propostas, que consideramos de extrema importância para a freguesia da Vila de Pereira e para os seus cidadãos:

- **1ª Proposta:** Propomos a criação de uma comissão para rever o Regimento da Assembleia de Freguesia.

É, a nosso ver, imperativo que este regimento volte a ser revisto e reformulado, de modo a acompanhar a evolução dos tempos, garantindo assim maior eficiência e clareza no funcionamento deste órgão.

- **2ª Proposta:** Propomos a transmissão online das Assembleias de Freguesia e a realização de uma Assembleia deslocalizada por ano civil.

Esta medida já constava do nosso manifesto eleitoral. Não a propusemos com fins eleitoralistas, mas sim para dar resposta a uma necessidade urgente: **aproximar os cidadãos da nossa terra e da vida pública da freguesia.**

A participação cívica tem-se mostrado cada vez mais distante, e, pelo bem da democracia, é fundamental trazer as pessoas para o centro do debate. É essencial fornecer informação verdadeira e imediata sobre o que se passa na nossa comunidade, aproximando o serviço público das pessoas e promovendo uma relação de proximidade.

Além disso, considerando que em mandatos anteriores já era hábito gravar as Assembleias para posterior elaboração das atas, podemos adotar um "dois em um": **garantir a gravação e, simultaneamente, transmitir as sessões online**, acompanhando os tempos e promovendo um serviço mais transparente e acessível.

Vincamos, desde já, que apenas estaremos a favor da gravação das Assembleias se estas forem transmitidas online, garantindo assim **transparência e participação direta dos cidadãos.**

- **3ª Proposta:** Propomos que a Junta de Freguesia crie uma Equipa Operacional Permanente.

Após análise do orçamento da Junta de Freguesia da Vila de Pereira para o próximo ano, constatamos que estão previstos **28 000 € (vinte e oito mil euros)** para serviços de jardinagem e mais **22 000 € (vinte e dois mil euros)** para limpeza e manutenção de ruas.

Estas rubricas totalizam **50 000 € (cinquenta mil euros)**, valor que nos parece manifestamente suficiente para criar uma equipa interna permanente. Esta equipa estaria sempre apta a cobrir toda a freguesia de forma mais eficaz, sendo simultaneamente polivalente para responder a diferentes necessidades.

Além disso, com a criação desta equipa, estaríamos a gerar uma dinâmica mais motivadora para o atual funcionário, a salvaguardar a prestação de serviço em caso de ausência temporária desse único colaborador do quadro, e a evitar recorrer a trabalhos precários, proporcionando oportunidades de emprego estável com perspetivas a médio e longo prazo.

Atentamente,

A Bancada

MUDAR MONTE MOR JUNTOS – PPD-PSD | CDS-PP



Jorge Manuel Pereira Gonçalves



Ana Raquel Silva Góis



Paulo José Ferreira Batista



Cláudia Margarida Gomes Salgueiro Gonçalves



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA VILA DE PEREIRA

Município de Montemor-o-Velho

ATA

DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2025

DOCUMENTOS ANEXOS (2)

Período da Ordem do dia

Documentos do ponto:

3. Informações da Mesa

Intervenção da Bancada PPD/PSD - CDS-PP - MUDAR MONTEMOR JUNTOS!

(CONTÉM 1 PÁGINAS)

6. Análise e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026, sob proposta do Executivo da Junta de Freguesia

(CONTÉM 20 PÁGINAS) (PLANO DE ATIVIDADES 10 PÁGINAS) (ORÇAMENTO 10 PÁGINAS)

7. Análise e aprovação, sob proposta do Executivo da Junta de Freguesia, do quadro de pessoal para 2026

(CONTÉM 1 PÁGINA)

8. Análise e aprovação, sob proposta do Executivo, da Tabela de Taxas e Preços para 2026

(CONTÉM 4 PÁGINAS)

Assembleia de Freguesia da Vila de Pereira



Vila de Pereira, 23 de dezembro de 2025

Exma. Sr.ª Presidente da Assembleia de Freguesia, em si cumprimento toda a Mesa;

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia, na sua pessoa cumprimento os demais membros do Executivo;

Exmo. Sr. Líder de Bancada da oposição, também em si cumprimento os restantes membros da sua bancada;

Estimados concidadãos da Vila de Pereira aqui presentes.

Boa noite a todos!

Não tendo a nossa bancada tido oportunidade de usar da palavra aquando da Assembleia de tomada de posse, faço-o agora, começando por agradecer a todos os cidadãos da nossa freguesia que participaram no último ato eleitoral, e em particular àqueles que confiaram em nós o seu voto. Essa confiança será honrada com um trabalho sério, vigilante e construtivo.

É com um enorme sentido de responsabilidade e com um forte compromisso para com a nossa terra que tomamos posse, em nome da coligação **MUDAR MONTEMOR JUNTOS – PPD-PSD | CDS-PP**, para este novo mandato na Assembleia de Freguesia da Vila de Pereira.

Este momento representa não apenas a continuidade do trabalho desenvolvido, mas também um claro sinal de confiança renovada por parte dos nossos fregueses. Vimos a nossa bancada reforçada, não só com mais um membro eleito, mas igualmente com a entrada de pessoas profundamente alinhadas com os valores que defendemos: seriedade, proximidade, transparência e dedicação ao bem comum.

Mais do que números, este reforço traduz-se numa responsabilidade acrescida. A nossa missão continua a ser representar, com coragem e sentido crítico, todos os cidadãos da freguesia, contribuindo para um debate construtivo, exigente e sempre orientado para soluções.

Sabemos que os projetos apresentados pelas diferentes candidaturas assentam em prioridades distintas e em ambições diversas, o que é perfeitamente legítimo. Continuaremos, dentro das nossas possibilidades, a defender aquilo em que acreditamos. Em momento algum isso deverá ser interpretado como um ataque pessoal; trata-se, isso sim, de exercer de forma firme e responsável o mandato que nos foi confiado, em prol da nossa população. Estou certo de que, se as posições estivessem invertidas, qualquer um de vós faria exatamente o mesmo.

Deixo, por isso, um apelo para que todos possamos trabalhar de forma transparente, clara e direta. Se assim o fizermos, com seriedade, verdade e frontalidade, não deixaremos margem para equívocos nem correremos o risco de dar passos em falso. A política local exige honestidade e compromisso, e é isso que os nossos cidadãos esperam de nós.



JUNTA DE FREGUESIA DA VILA DE PEREIRA
Município de Montemor-o-Velho

PLANO DE ATIVIDADES
PARA 2026

Dezembro 2026

[Handwritten signatures and initials]
Ana Gois
[Other illegible signatures]

Junta de Freguesia da Vila de Pereira

Município de Montemor-o-Velho

Rua do Otão, nº 3

3140-321 Pereira

Telefone/Fax: 239 095 107

www.freguesiadepereira.eu

[Handwritten signatures and initials]
48
Ara Cois

Índice

1 – Preâmbulo	4
2 – Visão	4
3 – Missão.....	4
4- Valores.....	5
5 – Objetivos Estratégicos.....	5
6 – Áreas de Atuação.....	5
6.1 – Educação, Cultura e Associativismo	5
6.2 – Desporto e Lazer	6
6.3 – Obras, Infraestruturas e Segurança Rodoviária	6
6.4 – Património, Ambiente e ordenamento do Território	6
6.5 – Ação Social e Saúde.....	6
6.6 – Funcionamento da Junta/Serviços.....	6
7 – Conclusão.....	7

Handwritten signatures and initials:
A. H. B. (top)
L
J
P
A. L.
A. L.
N. H.
A. G. (bottom right)

1 – Preâmbulo

Em conformidade com o disposto na Lei nº 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, é proposto para aprovação da Assembleia de Freguesia da Vila de Pereira, o Plano de Atividades e o Orçamento para o ano de 2026.

Como boa prática, o presente orçamento para o ano de 2026 é apresentado tendo em conta os últimos anos, onde foram verificadas as receitas e despesas ao longo desses anos, a fim de termos uma fonte mais fidedigna para perspetivar o futuro.

Nos últimos onze anos tem existido um equilibrado das contas da Junta de Freguesia, onde continua a não existir praticamente nenhuma fonte de receitas o que não permite realizar ou propor realizar muitos projetos, que seria o nosso objetivo, pois a população da Freguesia bem o merece.

A nossa proposta de orçamento visa continuar com o desenvolvimento sustentável sem comprometer nunca o futuro, empenhando-se em conceder um serviço público de qualidade e um atendimento de excelência com disponibilidade para os cidadãos, indo ao encontro das necessidades reais dos cidadãos, o bem-estar e proporcionar uma melhor qualidade de vida.

2 – Visão

A presente Junta de Freguesia tem como **Visão** melhorar a prestação de serviço, de forma contínua e integrada, procurando a valorização das pessoas/cidadãos/funcionários/eleitos, dos equipamentos e dos espaços da freguesia

3 – Missão

A Junta de Freguesia, tem como **Missão** planear, definir e implementar estratégias e linhas orientadoras que promovam o desenvolvimento da freguesia nas áreas social, ambiental, educação, desporto e cultura bem como, promover a valorização e a coesão social em diálogo com as Instituições, Cidadãos e Agentes do Comércio local, através de uma eficiente, rigorosa e transparente gestão e afetação de recursos, de acordo com as melhores práticas de gestão autárquica.

Ana Gois
[Handwritten signatures and initials]

- Manter a agenda cultural compilando os eventos de todas as entidades e associações de modo a que os Pereirenses e visitantes agendem com antecedência a sua participação nas atividades da Freguesia;
- Continuar a promover o Dia dos Monumentos com divulgação da história, usos e costumes, da Vila de Pereira;
- Lutar junto do Município para o alargamento da oferta educativa até ao 12º ano, na EBI de Pereira.

6.2 – Desporto e Lazer

- Manter e reforçar a atividade física/ginástica para Seniores na freguesia;
- Manutenção do Parque de Merendas (junto ao Rio), e do Largo da Feira
- Exigir junto do Município pela reabilitação dos parques infantis existentes na Urbanização Qtª S Luiz e seu alargamento, criando mais equipamentos para as crianças;
- Lutar junto do Município para a construção de um parque infantil na Urbanização Qtª D Teodora;
- Lutar junto do Município pela criação e manutenção de circuitos pedestres e de manutenção física;

6.3 – Obras, Infraestruturas e Segurança Rodoviária

- Avançar com mais uma fase da reabilitação do cemitério com a criação de uma abertura no muro lateral, com colocação de um portão com dimensão para a passagem de camiões /maquinas.
- Proceder à limpeza da zona ao fundo do cemitério por forma a que num futuro próximo se realize o divisionamento para mais leirões para sepulturas e jazigos;
- Limpeza de terreno lateral ao cemitério, adquirido pelo Município, para criação dum parque de estacionamento de apoio ao cemitério;
- Exigir junto do Município pela criação de zonas de circulação segura para crianças e respetiva iluminação dos acessos à EB1;

Ana Cois
[Handwritten signatures and initials]

- Continuar a investir na sinalização rodoviária vertical e horizontal apropriada ao desenvolvimento da Freguesia;
- Manter a organização da Feira Mensal, voltando a colocar a mesma como ponto de referência
- Reabilitação da Rua da Fonte de forma a promover a segurança na sua circulação;
- Promover que a Rua Principal do Casal Minhoto seja dotada de passeios, promovendo segurança a pedestres;
- Manutenção dos lavadouros reabilitados em 2025 para que não caiem em “desmazelo”;
- Manutenção dos Jardins da Vila, nomeadamente o jardim da N Srª do Pranto, jardim Abílio Mexia e o do Jardim de Infância;
- Alargamento do passeio oposto à Capela da N Srª do Pranto por forma a criar segurança aos peões naquela estrada, com demolição e reconstrução de muros limitrofes ;
- Pugnar junto do Município para aplicação de soluções de proteção na Rua do Vale d'Água;
- Conclusão da requalificação da Travessa de Stª Rita;

6.4 – Património, Ambiente e ordenamento do Território

- Continuar e melhorar a limpeza regular dos arruamentos, passeios e outros espaços públicos da Freguesia;
- Pugnar junto do Município pela reorganização as espécies de árvores existentes na Urbanização Qtª S Luz, para que possa existir uma trasladação das árvores existentes e plantação de novas que causem menos danos em passeios e veículos;
- Continuar a apostar na melhoria continuada dos espaços verdes e jardins públicos existentes, assim como das áreas de cedência das Urbanizações;
- Exigir junto do Município para a vinda da varredora com maior regularidade a fim de melhorar a limpeza nas ruas da Freguesia;
- Continuar a limpeza e manutenção dos caminhos rurais e florestais;

Ara Gois

Ar

Ar

Ar

Ar

Ar

Ar

Ar

- Manter a análise à qualidade das águas da Fonte do S Tiago e noticiar trimestralmente;
- Proceder à construção de apoios para contentores de lixo, com o respetivo suporte em inox;
- Limpeza de ribeiros nas zonas urbanas;
- Construção de valetas onde se mostrar prioritário na Freguesia;
- Continuar a promover ações de sensibilização para a questão do ambiente, nomeadamente o Dia do Planeta e a Caminhada Ecológica;
- Continuar a parceria com o Município no controlo da população felina, e criando condições para albergar os mesmos;

6.5 – Ação Social e Saúde

- Continuar a melhorar o acesso aos cuidados médicos e os respetivos serviços do nosso Centro de Saúde, mantendo contacto com a ARS por forma criar uma USF no nosso Polo de Saúde;
- Impugnar pela criação de mais um gabinete, para possibilitar a vinda de mais um médico para o Polo de Saúde de Pereira melhorando o apoio à comunidade;
- Manter o apoio às IPSS com sede na Freguesia.
- Determinar, sempre que necessário, a constituição de comissão/ grupos de trabalho para o estudo de problemas relevantes, relacionados com a qualidade de vida dos cidadãos da freguesia
- Desenvolver atividades de sensibilização no âmbito do Dia da Saúde e outras áreas da Saúde nomeadamente a Mental.

6.6 – Funcionamento da Junta/Serviços

- Continuar a criar e melhorar os meios de divulgação da Autarquia, incluindo lugares de estilo;
- Manter o website da Junta de Freguesia, com atualizações regulares;

Ana Gois
Pereira
M. S. Pereira
M. S. Pereira
M. S. Pereira
M. S. Pereira

- Continuar a promover a proximidade entre os cidadãos e a Junta de Freguesia, construindo uma relação e uma consciência de pertença coletiva;

O presente Plano de Atividades, cuja-proposta foi presente e aprovado, por unanimidade, em reunião ordinária, da Junta de Freguesia da Vila de Pereira, que se realizou a 18 de dezembro de 2026, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pelo Executivo.

Presidente

Artur da Silva

Secretário

Cláudia Isabel Costa Nunes

Tesoureiro

Adérito Manuel Pereira de Almeida

Ana Caires
Natália
[Handwritten signatures]

O Plano de Atividades para 2026 foi presente e aprovado pelos membros da Assembleia de Freguesia, em sua sessão ordinária, realizada no dia 23 de dezembro de 2026, tendo sido todas as suas folhas rubricadas pela Mesa.

A Mesa da Assembleia de Freguesia

Utercio Pedro Lopes (sumário das leis)
Paula Inês Costa
Ana Patrícia Mateus Simões
Paulo Jorge Simões Silva
Claudia Margarida Fernandes
Ana Raquel Silva Cois
[Assinatura]
[Assinatura]



Junta Freguesia Pereira

Orçamento de 2026

X
D
A
NCR
se
P
Am. Cois
A
J

Orçamento 2026

Plano orçamental plurianual

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
	Receitas Corrente	0.00 €	167 979.02 €	167 979.02 €	170 048.14 €	171 521.64 €	172 995.94 €	158 850.00 €
R1	Receita fiscal	0.00 €	5 500.00 €	5 500.00 €	5 555.00 €	5 810.00 €	5 665.00 €	5 500.00 €
R1.1	Impostos diretos	0.00 €	5 500.00 €	5 500.00 €	5 555.00 €	5 610.00 €	5 665.00 €	5 500.00 €
010202	Contribuição autárquica	0.00 €	5 500.00 €	5 500.00 €	5 555.00 €	5 610.00 €	5 665.00 €	5 500.00 €
R1.2	Impostos indiretos	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0.00 €	7 300.00 €	7 300.00 €	7 373.00 €	7 446.00 €	7 519.00 €	7 300.00 €
04012301	Mercado e feiras	0.00 €	5 000.00 €	5 000.00 €	5 050.00 €	5 100.00 €	5 150.00 €	5 000.00 €
04012304	Canídeos	0.00 €	1 000.00 €	1 000.00 €	1 010.00 €	1 020.00 €	1 030.00 €	1 000.00 €
04019901	Alestadados, declarações e cartidões	0.00 €	1 000.00 €	1 000.00 €	1 010.00 €	1 020.00 €	1 030.00 €	1 000.00 €
04019902	Outras taxas	0.00 €	300.00 €	300.00 €	303.00 €	306.00 €	309.00 €	300.00 €
R4	Rendimentos da propriedade	0.00 €	1 500.00 €	1 500.00 €	1 515.00 €	1 530.00 €	1 545.00 €	1 500.00 €
051004	Edifícios	0.00 €	1 500.00 €	1 500.00 €	1 515.00 €	1 530.00 €	1 545.00 €	1 500.00 €
R5	Transferências e subsídios correntes	0.00 €	132 429.02 €	132 429.02 €	134 352.64 €	135 680.54 €	137 009.44 €	123 100.00 €
R5.1	Transferências correntes	0.00 €	132 429.02 €	132 429.02 €	134 352.64 €	135 680.54 €	137 009.44 €	123 100.00 €
R5.1.1	Administrações Públicas	0.00 €	132 429.02 €	132 429.02 €	134 352.64 €	135 680.54 €	137 009.44 €	123 100.00 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0.00 €	130 248.36 €	130 248.36 €	129 302.64 €	130 680.54 €	131 859.44 €	118 100.00 €
06030104	Fundo de Financiamento das Freguesias	0.00 €	52 861.00 €	52 861.00 €	53 201.64 €	55 822.87 €	53 357.25 €	48 000.00 €
06030105	Artigo 38º, nº 8 da Lei 73/2013	0.00 €	30 293.00 €	30 293.00 €	28 000.00 €	28 000.00 €	31 201.79 €	28 000.00 €
06030106	Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	0.00 €	34 992.36 €	34 992.36 €	36 000.00 €	34 855.67 €	35 197.40 €	30 000.00 €
06030199	Outras	0.00 €	12 000.00 €	12 000.00 €	12 000.00 €	12 000.00 €	12 000.00 €	12 000.00 €
060304	Estado - Subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0.00 €	2 182.66 €	2 182.66 €	5 050.00 €	5 100.00 €	5 150.00 €	5 000.00 €
06050101	Municípios	0.00 €	2 182.66 €	2 182.66 €	5 050.00 €	5 100.00 €	5 150.00 €	5 000.00 €
R5.1.2	Exterior - U E	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R5.1.3	Outras	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R5.2	Subsídios correntes	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R6	Venda de bens e serviços	0.00 €	21 250.00 €	21 250.00 €	21 252.50 €	21 255.00 €	21 257.50 €	21 250.00 €
07020905	Cemitérios	0.00 €	9 000.00 €	9 000.00 €	9 000.00 €	9 000.00 €	9 000.00 €	9 000.00 €
0702099901	Posto de CTT	0.00 €	12 000.00 €	12 000.00 €	12 000.00 €	12 000.00 €	12 000.00 €	12 000.00 €



Plano Orçamental Plurianual da Receita - Inicial

Ano 2026

[Handwritten signatures and initials]

Rubrica	Designação	Orçamento 2026		Plano orçamental plurianual				
		Periodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
0702099802	Outros	0.00 €	250.00 €	250.00 €	252.50 €	255.00 €	257.50 €	250.00 €
R7	Outras receitas correntes	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
	Receitas de Capital	0.00 €	23 876.77 €	23 876.77 €	25 666.00 €	25 712.00 €	25 768.00 €	600.00 €
R8	Venda de bens de investimento	0.00 €	5 600.00 €	5 600.00 €	5 555.00 €	5 610.00 €	5 685.00 €	500.00 €
09011001	Venda de terrenos para sepulturas/jazigos	0.00 €	5 000.00 €	5 000.00 €	5 050.00 €	5 100.00 €	5 150.00 €	0.00 €
09011003	Outros Terrenos	0.00 €	100.00 €	100.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
0904100301	Venda de pinheiros	0.00 €	500.00 €	500.00 €	505.00 €	510.00 €	515.00 €	500.00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	0.00 €	18 076.77 €	18 076.77 €	20 101.00 €	20 102.00 €	20 103.00 €	130.00 €
R9.1	Transferências de capital	0.00 €	18 076.77 €	18 076.77 €	20 101.00 €	20 102.00 €	20 103.00 €	130.00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0.00 €	17 976.77 €	17 976.77 €	20 000.00 €	20 000.00 €	20 000.00 €	0.00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0.00 €	17 976.77 €	17 976.77 €	20 000.00 €	20 000.00 €	20 000.00 €	0.00 €
10050101	Municípios	0.00 €	17 976.77 €	17 976.77 €	20 000.00 €	20 000.00 €	20 000.00 €	0.00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R9.1.3	Outras	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
100701	Instituições sem fins lucrativos	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
R9.2	Subsídios de capital	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R10	Outras receitas de capital	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
	Reposições	0.00 €	200.00 €	200.00 €	151.50 €	153.00 €	154.50 €	150.00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0.00 €	200.00 €	200.00 €	151.50 €	153.00 €	154.50 €	150.00 €
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	0.00 €	200.00 €	200.00 €	151.50 €	153.00 €	154.50 €	150.00 €
	Receta efetiva [1]	0.00 €	191 855.79 €	191 855.79 €	195 855.64 €	197 386.54 €	198 918.44 €	159 400.00 €
R12	Receta com ativos financeiros	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
R13	Receta com passivos financeiros	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
	Receta não efetiva [2]	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
	Receta total [3] = [1] + [2]	0.00 €	191 855.79 €	191 855.79 €	195 855.64 €	197 386.54 €	198 918.44 €	159 400.00 €



Ana Gois
Plano Orçamental Plurianual da Despesa - Inicial

RH De
A E
UNE
AR
Ano 2026
J

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
	Despesa Corrente	0.00 €	151 858.31 €	151 858.31 €	157 721.90 €	159 253.80 €	160 785.70 €	157 200.00 €
D1	Despesas com o pessoal	0.00 €	51 388.31 €	51 388.31 €	59 282.20 €	59 844.40 €	60 406.60 €	59 720.00 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0.00 €	42 088.31 €	42 088.31 €	47 061.20 €	47 502.40 €	47 943.60 €	47 820.00 €
01010101	Membros do Executivo	0.00 €	6 378.31 €	6 378.31 €	10 100.00 €	10 200.00 €	10 300.00 €	10 000.00 €
01010304	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	0.00 €	10.00 €	10.00 €	10.10 €	10.20 €	10.30 €	10.00 €
01010401	Pessoal em funções	0.00 €	26 000.00 €	26 000.00 €	26 260.00 €	26 520.00 €	26 780.00 €	27 000.00 €
01010901	CEI/CEI +	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
010111	Representação	0.00 €	2 500.00 €	2 500.00 €	2 500.00 €	2 500.00 €	2 500.00 €	2 500.00 €
01011201	Subsídio insalubridade	0.00 €	1 100.00 €	1 100.00 €	10.10 €	10.20 €	10.30 €	10.00 €
010113	Subsídio de refeição	0.00 €	3 000.00 €	3 000.00 €	3 030.00 €	3 060.00 €	3 090.00 €	3 000.00 €
010114	Subsídios de férias e de Natal	0.00 €	3 000.00 €	3 000.00 €	5 050.00 €	5 100.00 €	5 150.00 €	5 000.00 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0.00 €	2 900.00 €	2 900.00 €	2 828.00 €	2 856.00 €	2 884.00 €	2 800.00 €
010202	Horas extraordinárias	0.00 €	1 000.00 €	1 000.00 €	1 010.00 €	1 020.00 €	1 030.00 €	1 000.00 €
010205	Abono para férias	0.00 €	1 200.00 €	1 200.00 €	1 212.00 €	1 224.00 €	1 236.00 €	1 200.00 €
0102130301	Membros da Assembleia de Freguesia	0.00 €	700.00 €	700.00 €	608.00 €	612.00 €	618.00 €	600.00 €
D1.3	Segurança social	0.00 €	6 400.00 €	6 400.00 €	9 393.00 €	9 486.00 €	9 579.00 €	9 300.00 €
0103050202	Segurança social - Regime geral	0.00 €	5 500.00 €	5 500.00 €	8 080.00 €	8 160.00 €	8 240.00 €	8 000.00 €
0103050301	Entidade Contratante	0.00 €	100.00 €	100.00 €	505.00 €	510.00 €	515.00 €	500.00 €
01030901	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0.00 €	800.00 €	800.00 €	808.00 €	816.00 €	824.00 €	800.00 €
D2	Aquisição de bens e serviços	0.00 €	99 720.00 €	99 720.00 €	97 884.20 €	98 848.40 €	99 812.60 €	98 930.00 €
02010201	Gasolina	0.00 €	1 500.00 €	1 500.00 €	1 515.00 €	1 530.00 €	1 545.00 €	1 500.00 €
02010202	Gasóleo	0.00 €	2 000.00 €	2 000.00 €	2 020.00 €	2 040.00 €	2 060.00 €	2 000.00 €
02010299	Outros	0.00 €	120.00 €	120.00 €	121.20 €	122.40 €	123.60 €	130.00 €
020104	Limpeza e higiene	0.00 €	300.00 €	300.00 €	303.00 €	306.00 €	309.00 €	300.00 €
020107	Vestuário e artigos pessoais	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
020108	Material de escritório	0.00 €	400.00 €	400.00 €	404.00 €	408.00 €	412.00 €	400.00 €
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	0.00 €	500.00 €	500.00 €	505.00 €	510.00 €	515.00 €	500.00 €
020110	Produtos vendidos nas farmácias	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
020114	Outro material - Peças	0.00 €	500.00 €	500.00 €	505.00 €	510.00 €	515.00 €	500.00 €
020115	Prémios, condecorações e ofertas	0.00 €	250.00 €	250.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
020117	Ferramentas e utensílios	0.00 €	500.00 €	500.00 €	505.00 €	510.00 €	515.00 €	500.00 €
020118	Livros e documentação técnica	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
020119	Artigos honoríficos e de decoração	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €



Plano Orçamental Plurianual da Despesa - Inicial

Handwritten signature: Ara Cois

Handwritten signature: P.H.D.

Handwritten signature: N.C.E.

Handwritten signature: M.S.

Ano 2026

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
020120	Material de educação, cultura e recreio	0.00 €	200.00 €	200.00 €	202.00 €	204.00 €	206.00 €	200.00 €
020121	Outros bens	0.00 €	500.00 €	500.00 €	505.00 €	510.00 €	515.00 €	500.00 €
02020101	Electricidade	0.00 €	3 500.00 €	3 500.00 €	3 535.00 €	3 570.00 €	3 605.00 €	3 500.00 €
02020102	Água	0.00 €	3 000.00 €	3 000.00 €	3 030.00 €	3 060.00 €	3 090.00 €	3 000.00 €
020202	Limpeza e higiene	0.00 €	2 000.00 €	2 000.00 €	2 020.00 €	2 040.00 €	2 060.00 €	2 000.00 €
020203	Conservação de bens	0.00 €	3 000.00 €	3 000.00 €	3 030.00 €	3 060.00 €	3 090.00 €	3 000.00 €
02020501	Impressora/Fotocopiadora	0.00 €	500.00 €	500.00 €	505.00 €	510.00 €	515.00 €	500.00 €
020209	Comunicações	0.00 €	1 000.00 €	1 000.00 €	1 010.00 €	1 020.00 €	1 030.00 €	1 000.00 €
020210	Transportes	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
020211	Representação dos serviços	0.00 €	1 500.00 €	1 500.00 €	1 515.00 €	1 530.00 €	1 545.00 €	1 500.00 €
020212	Seguros	0.00 €	1 000.00 €	1 000.00 €	1 010.00 €	1 020.00 €	1 030.00 €	1 000.00 €
020213	Deslocações e estadas	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0.00 €	4 000.00 €	4 000.00 €	4 040.00 €	4 080.00 €	4 120.00 €	4 000.00 €
020215	Formação	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
020217	Publicidade	0.00 €	500.00 €	500.00 €	505.00 €	510.00 €	515.00 €	500.00 €
020218	Vigilância e segurança	0.00 €	700.00 €	700.00 €	707.00 €	714.00 €	721.00 €	700.00 €
020219	Aseistência técnica	0.00 €	200.00 €	200.00 €	202.00 €	204.00 €	206.00 €	200.00 €
020220	Outros trabalhos especializados	0.00 €	20 000.00 €	20 000.00 €	20 200.00 €	20 400.00 €	20 600.00 €	20 000.00 €
020224	Encargos de cobrança de receitas	0.00 €	200.00 €	200.00 €	202.00 €	204.00 €	206.00 €	200.00 €
02022501	Serviços de Jardinagem	0.00 €	28 000.00 €	28 000.00 €	28 250.00 €	28 500.00 €	28 750.00 €	28 000.00 €
02022502	Anafre	0.00 €	1 000.00 €	1 000.00 €	1 010.00 €	1 020.00 €	1 030.00 €	1 000.00 €
02022503	Outros Serviços	0.00 €	150.00 €	150.00 €	500.00 €	500.00 €	500.00 €	500.00 €
02022504	Limpeza e Manutenção Ruas	0.00 €	22 000.00 €	22 000.00 €	22 220.00 €	22 440.00 €	22 660.00 €	22 000.00 €
D3	Juros e outros encargos	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
D4	Transferências e subsídios correntes	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
D4.1	Transferências correntes	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €
D4.1.1	Administrações Públicas	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
D4.1.1.5	Administração Local	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0.00 €	100.00 €	100.00 €	101.00 €	102.00 €	103.00 €	100.00 €



Plano Orçamental Plurianual da Despesa - Inicial

Ana Góis

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Ano 2026

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
040701	Instituições sem fins lucrativos	0,00 €	100,00 €	100,00 €	101,00 €	102,00 €	103,00 €	100,00 €
D4.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D5	Outras despesas correntes	0,00 €	450,00 €	450,00 €	454,50 €	459,00 €	463,50 €	450,00 €
0802010199	Outras	0,00 €	100,00 €	100,00 €	101,00 €	102,00 €	103,00 €	100,00 €
06020304	Serviços bancários	0,00 €	350,00 €	350,00 €	353,50 €	357,00 €	360,50 €	350,00 €
	Despesa Capital	0,00 €	40 197,48 €	40 197,48 €	38 133,74 €	38 132,74 €	38 132,74 €	2 200,00 €
D6	Aquisição de bens de capital	0,00 €	34 166,48 €	34 166,48 €	29 133,74 €	29 132,74 €	29 132,74 €	2 200,00 €
07010307	Outros	0,00 €	2 001,00 €	2 001,00 €	1 001,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	0,00 €
07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0,00 €	8 500,00 €	8 500,00 €	6 000,00 €	6 000,00 €	6 000,00 €	0,00 €
07010405	Parques e jardins	0,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00 €
0701040801	Reparação e Beneficiação de Caminhos da Freguesia	0,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	0,00 €
0701040901	Toponímia e Aquisição de Placas e Sinais de Trânsito	0,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	0,00 €
07010412	Cemitérios	0,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00 €
0701041301	Bases para contentores do Lixo	0,00 €	2 332,74 €	2 332,74 €	2 300,00 €	2 300,00 €	2 300,00 €	0,00 €
0701041302	Obras de natureza imprevista	0,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	2 200,00 €
0703030501	Parque Beira Rio da Pereira	0,00 €	8 000,00 €	8 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07030313	Outros	0,00 €	2 332,74 €	2 332,74 €	2 332,74 €	2 332,74 €	2 332,74 €	0,00 €
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00 €	6 031,00 €	6 031,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	6 031,00 €	6 031,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €	0,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	4 031,00 €	4 031,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	0,00 €
08070101	Apoios ao tecido associativo	0,00 €	4 031,00 €	4 031,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	4 000,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias	0,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00 €
080802	Outras	0,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €



Plano Orçamental Plurianual da Despesa - Inicial

Ano 2026

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DA03	Despesa efetiva [4]	0,00 €	191 855,79 €	191 855,79 €	195 855,64 €	197 386,54 €	198 918,44 €	159 400,00 €
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAD4	Despesa não efetiva [5]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa total [6] = [4] + [5]	0,00 €	191 855,79 €	191 855,79 €	195 855,64 €	197 386,54 €	198 918,44 €	159 400,00 €
	Saldo total [3] - [6]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Saldo global [1] - [4]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa primária	0,00 €	191 855,79 €	191 855,79 €	195 855,64 €	197 386,54 €	198 918,44 €	159 400,00 €
	Saldo corrente	0,00 €	16 320,71 €	16 320,71 €	12 326,24 €	12 267,74 €	12 210,24 €	1 450,00 €
	Saldo de capital	0,00 €	-16 520,71 €	-16 520,71 €	-12 477,74 €	-12 420,74 €	-12 364,74 €	-1 600,00 €
	Saldo primário	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nota
Ana Gois
[Handwritten signatures and initials]



Plano Plurianual de Investimentos - Inicial

Ano Cois

Ano 2026

Obj.	Projeto	Designação	Rubrica Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte de Financiamento (%)				Datas (mês,ano)		Fase	Realizado	Estimativa 2025	Pagamentos						Outros	Total Previsto
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim				Períodos Seguintes							
														2026	2027	2028	2029	2030	(20)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	
100												0,00€	0,00€	1 001,00€	5 001,00€	5 000,00€	5 000,00€	2 200,00€	0,00€	18 202,00€	
110		Serviços gerais de administração pública										0,00€	0,00€	1 001,00€	5 001,00€	5 000,00€	5 000,00€	2 200,00€	0,00€	18 202,00€	
111		Administração geral*										0,00€	0,00€	1 001,00€	5 001,00€	5 000,00€	5 000,00€	2 200,00€	0,00€	18 202,00€	
	02/26	Reabilitação do Lavadouro do Aljaibe	D6.07010307	A		0	100	0	0	01/26	12/27	3	0,00€	0,00€	1,00€	1,00€	0,00€	0,00€	0,00€	2,00€	
	13/26	Obras de natureza imprevista	D6.0701041302	E		80	20	0	0	01/26	12/29	1	0,00€	0,00€	1 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	2 200,00€	0,00€	18 200,00€
200												0,00€	0,00€	22 696,48€	19 632,74€	19 632,74€	19 632,74€	0,00€	0,00€	81 594,70€	
230		Segurança e acção sociais										0,00€	0,00€	4 031,00€	4 000,00€	4 000,00€	4 000,00€	0,00€	0,00€	16 031,00€	
232		Acção social*										0,00€	0,00€	4 031,00€	4 000,00€	4 000,00€	4 000,00€	0,00€	0,00€	16 031,00€	
	05/26	Apoio ao Tecido Associativo	D7.1.2.08070101	O		100	0	0	0	01/26	12/29	1	0,00€	0,00€	4 031,00€	4 000,00€	4 000,00€	4 000,00€	0,00€	0,00€	16 031,00€
240		Habitação e serviços colectivos										0,00€	0,00€	6 685,48€	5 632,74€	5 632,74€	5 632,74€	0,00€	0,00€	23 563,70€	
244		Abastecimento de água*										0,00€	0,00€	2 000,00€	1 000,00€	1 000,00€	1 000,00€	0,00€	0,00€	5 000,00€	
	10/26	Reparação e conservação de lavadouros	D6.07010307	E		100	0	0	0	01/26	12/29	1	0,00€	0,00€	2 000,00€	1 000,00€	1 000,00€	1 000,00€	0,00€	0,00€	5 000,00€
246		Protecção do meio ambiente e conservação da natureza*										0,00€	0,00€	4 685,48€	4 632,74€	4 632,74€	4 632,74€	0,00€	0,00€	18 563,70€	
	01/25	Bases para Contentores do Lixo	D6.07030313	O		100	0	0	0	01/25	12/29	1	0,00€	0,00€	2 332,74€	2 332,74€	2 332,74€	2 332,74€	0,00€	0,00€	9 330,96€
	12/26	Bases para Contentores do Lixo	D6.0701041301	E		100	0	0	0	01/26	12/29	1	0,00€	0,00€	2 332,74€	2 300,00€	2 300,00€	2 300,00€	0,00€	0,00€	9 232,74€
250		Serviços culturais, recreativos e religiosos										0,00€	0,00€	12 000,00€	10 000,00€	10 000,00€	10 000,00€	0,00€	0,00€	42 000,00€	
251		Cultura*										0,00€	0,00€	2 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	0,00€	0,00€	17 000,00€	
	11/26	Eventos Culturais	D7.1.3.080802	O		100	0	0	0	01/26	12/29	1	0,00€	0,00€	2 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	0,00€	0,00€	17 000,00€
252		Desporto, recreio e lazer*										0,00€	0,00€	10 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	0,00€	0,00€	25 000,00€	
	04/22	Parque Beira Rio de Pereira	D6.0703030501	E		0	20	80	0	07/22	12/26	5	0,00€	0,00€	8 000,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	8 000,00€
	03/26	Jardins da Vila	D6.07010405	A		100	0	0	0	01/26	12/29	3	0,00€	0,00€	2 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	0,00€	0,00€	17 000,00€
300												0,00€	0,00€	16 500,00€	13 500,00€	13 500,00€	13 500,00€	0,00€	0,00€	57 000,00€	
330		Transportes e comunicações										0,00€	0,00€	16 500,00€	13 500,00€	13 500,00€	13 500,00€	0,00€	0,00€	57 000,00€	
331		Transportes rodoviários*										0,00€	0,00€	14 500,00€	8 500,00€	8 500,00€	8 500,00€	0,00€	0,00€	40 000,00€	
	01/26	Abertura de Novo Acesso ao Cemitério	D6.07010412	E		100	0	0	0	01/26	12/26	1	0,00€	0,00€	2 000,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	2 000,00€
	04/26	Aquedutos	D6.07010401	E		100	0	0	0	01/26	12/29	1	0,00€	0,00€	2 000,00€	2 000,00€	2 000,00€	2 000,00€	0,00€	0,00€	8 000,00€
	08/26	Toponímia e Aquisição de Placas e Sínias de Trânsito	D6.0701040901	O		80	20	0	0	01/26	12/29	1	0,00€	0,00€	1 000,00€	500,00€	500,00€	500,00€	0,00€	0,00€	2 500,00€
	07/26	Reparação e Beneficiação de Caminhos da Freguesia	D6.0701040801	E		100	0	0	0	01/26	01/29	1	0,00€	0,00€	3 000,00€	2 000,00€	2 000,00€	2 000,00€	0,00€	0,00€	9 000,00€
	08/26	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	D6.07010401	E		100	0	0	0	01/26	12/29	1	0,00€	0,00€	6 500,00€	4 000,00€	4 000,00€	4 000,00€	0,00€	0,00€	18 500,00€
333		Transportes fluviais*										0,00€	0,00€	2 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	0,00€	0,00€	17 000,00€	
	09/26	Manutenção e conservação do cemitério	D6.07010412	E		0	100	0	0	01/26	12/29	1	0,00€	0,00€	2 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	0,00€	0,00€	17 000,00€
		Total do Plano Plurianual Investimento										0,00€	0,00€	40 197,48€	36 133,74€	36 132,74€	36 132,74€	2 200,00€	0,00€	156 796,70€	

5) Forma de realização: A - Administração direta, E - Empreitadas, O - Fornecimento
Plano Plurianual de Investimentos - Inicial

Ano 2026

(6)(7)(8)(9) Fonte de financiamento: RG - Receitas gerais, RP - Receitas próprias, UE - União Europeia, EMPR - Empréstimos

(12) Fase execução: 0 - Não iniciada, 1 - Com projeto técnico, 2 - Adjudicada, 3 - Execução física até 25%, 4 - Execução física até 50%, 5 - Execução física até 75%, 6 - Execução física superior a 75%

(21) = (13) + (14) + (15) + (16) + (17) + (18) + (19) + (20)

X WCR
X NAL
X A
X
X Ana
Ana Gois
X
X

ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2026

APROVAÇÃO

O presente orçamento, que importa, tanto na receita como na despesa, no total de cento e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e setenta e nove cêntimos (191 855,79 €), foi aprovado como proposta na reunião da Junta de Freguesia que se realizou em 18/12/2025, em harmonia com a alínea a) n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12/09 na sua versão mais recente na Lei 66/2020 de 04/11.

A JUNTA DE FREGUESIA

António da Silva
Clara Isabel de Costa Nunes
Adriano Manuel Pereira de Almeida

Aprovado em sessão ordinária da Assembleia da freguesia, realizada 23/12/2025 de acordo com o disposto na alínea a) n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12/09 na sua versão mais recente na Lei 66/2020 de 04/11.

A MESA

Ária Maria Costa
Ana Patrícia Mateus Simões Rubén Filipe Pinto Figueiredo

OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

Uteira Paula Lopes dos Anjos
Paulo Jorge Santos Brito
Cláudia Margarida Gonçalves
Ana Raquel Silva Cois
Paulo Brito



Junta de Freguesia de Pereira
Mapa de Pessoal para o ano 2026

Cargo/ Carreira/ Categoria	Área Funcional	Cargo/Carreira/ Categoria	Áreas de Formação Académica/e/ou/Profissional	Postos de Trabalho					
				Contrato Tempo Indeterminado (CTI)			Contrato Tempo Determinado (CTD)		
				Ocupados	A Ocupar	Total	Ocupados	A Ocupar	Total
Assistente Técnico	Assistente Técnico	Assistente Técnico	12.º ano de escolaridade ou curso equiparado funções de grau 2	1	0	1	0	0	0
Assistente Operacional	Auxiliar de Serviços Gerais	Assistente Operacional	Escolaridade obrigatória ou curso equivalente funções de grau 1	1	0	1	0	0	0

De acordo com o art. 29.º da Lei n.º 35/2014 de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

Aprovado pela Junta de Freguesia

Aprovado pela Assembleia da Freguesia

Reunião de 18/12/2025

António da Silva
Clara Roberto Costa
Adrião Manuel Pereira & Almeida

Reunião de 23/12/2025

António Roberto Costa
Clara Roberto Costa
Ana Patrícia Mateus Simões
Roberto Filipe Pinto Figo Reis
Paulo Jorge Santos Silva
Cláudia Margarida Gonçalves
Ana Raquel Silva Gois
R. Paulo Batista



FREGUESIA DE PEREIRA

TABELA DE TAXAS E PREÇOS 2026

ARTIGO 1.º

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Ana Coijs

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Serviço	Taxa/Preço
1. Atestados, declarações e certidões para os restantes fins	2,50 €
2. Fotocópias	
a) A preto e por página	0,20 €
b) A cores e por folha página	0,28 €
3. Certificação de fotocópias e documentos	
a) Até 4 páginas, inclusive	18,00 €
b) A partir da 5.ª página, por cada página a mais	1,00 €, até ao limite de 150 €
4. Taxa de abertura de processo cães, gatos e averbamentos	2,75 €
5. Licenças	
a) Categoria A (cão de companhia)	5,50 €
b) Categoria B (cão com fins económicos)	5,50 €
c) Categoria C (cão para fins militares, policiais e de segurança pública)	Isento
d) Categoria D (cão para investigação científica)	Isento
e) Categoria E (cão de caça)	7,00 €
f) Categoria F (cão-guia)	Isento
g) Categoria G (cão potencialmente perigoso)	15,50 €
h) Categoria H (cão perigoso)	15,50 €
i) Categoria I (gato)	5,50 €
j) Licença de cães recolhidos em instalações pertencentes a sociedades zoófilas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, e nos canis municipais	Isento

ARTIGO 2.º

LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS

[Handwritten signatures and initials]

1. Venda ambulante de lotarias	7,00 €
1.1. Renovação anual	7,00 €
2. Arrumador de automóveis	7,00 €
2.1. Renovação anual	7,00 €
3. Atividade ruidosa de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes, excepto a entidades sem fins lucrativos	10,00 €

ARTIGO 3.º

CONCESSÕES NO CEMITÉRIO

Serviço	Taxa/Preço
1. Concessão de terreno	
a) Sepultura perpétua 2 m ²	500,00 €
b) Sepultura não perpétuas anual (isenção por 5 anos no 1.º defunto a seu sepultado)	15,00 €
c) Jazigo	
i) Primeiros 5 m ²	2500,00 €
ii) Cada m ² a mais	500,00 €

Ana Gois
 [Handwritten signatures and initials]

ARTIGO 4.º

SERVIÇOS CEMITERIAIS

Serviço	Taxa/Preço
1. Inumação	20,00€
a) Sepultura simples	160,00 €
b) Sepultura dupla	220,00 €
2. Saqueta inumação	30,00 €
3. Exumação/Remoção de ossadas	30,00 €
4. Trasladação	40,00 €
5. Retirar e colocar campa com ajuda de familiares	60,00 €
6. Colocação de campa/Pedra nova em sepultura	30,00 €
7. Nivelamento e estabelizamento de sepulturas	30,00 €
8. Manutenção anual do cemitério (isenção por 5 anos na sepultura não perpetua)	6,00 €
9. Manutenção anual jazigos	30,00 €
10. Entrada de ossadas/cinzas	20,00 €

ARTIGO 5.º

FEIRA

Serviço	Taxa/Preço
Outras Feiras e Mercados 1 m2	7,50€
Feira mensal 3ml	3,50€
Feira Trimestral 3 ml	10,50 €
Feira Anual 3ml	42,00 €

